



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 99ª  
(NONAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 3 DE NOVEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Registro a presença de 10 Deputados. Estão presentes em plenário os Deputados Benedito Domingos, Jaqueline Roriz, Cláudio Abrantes e Geraldo Naves. Os demais assinaram as presenças, mas foram aos gabinetes.

Convido o Deputado Benedito Domingos a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 201 - Suplemento, de 06/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 99ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 97ª Sessão Ordinária;
- Ata da 98ª Sessão Ordinária;
- Ata da 41ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Antes de passar a palavra ao Deputado Geraldo Naves, eu queria comunicar aos Parlamentares que o Deputado Paulo Roriz, em conformidade com o inciso I do art. 19 do Regimento Interno desta Casa, solicita concessão de licença de cargo para assumir a pasta do Secretariado de Estado de Habitação do Governo do Distrito Federal e informa que, conforme prevê o parágrafo 62 do art. 19 do Regimento Interno desta Casa, optará pelo sistema de remuneração de Deputado Distrital.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares ausentes no plenário – o Deputado Milton Barbosa está presente –, pessoal do plenário, da imprensa, tenham todos uma boa tarde. Obrigado por comparecerem, por estarem aqui.

Eu queria falar sobre uma questão que vem maltratando a família brasileira de uma forma geral. É evidente que ficamos um pouco contrariados e também de mãos atadas, sem podermos fazer absolutamente nada. O avanço das drogas no Brasil está deixando todas as famílias preocupadas. Estamos assistindo ao avanço do *crack* de forma violenta. Médicos, psicólogos, psiquiatras, jornalistas e mais jornalistas por este País têm escrito, têm divulgado essa situação, e nós não estamos vendo o Governo Federal fazer absolutamente nada. Parece que o Governo tem uma venda nos olhos e só enxerga aquilo que quer enxergar. O *crack* avança sem pedir licença. É mais barato que a cocaína. O depoimento de um jovem ao jornal *Estado de Minas*, neste final de semana, choca, pois ele diz que comprar uma pedra de *crack* para fumar é tão fácil quanto ir a uma padaria para comprar um pão; aliás, mais fácil.

Então, essa preocupação nós temos que ter. O jovem tem 11 anos de idade. O crescimento do número de usuários de drogas só avança, não há controle, não há incentivo, não há clínicas de tratamento, não há absolutamente nada no âmbito do Governo Federal. Simplesmente, quando ocorre algum caso alarmante, como é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

caso desse rapaz do Rio de Janeiro, o Bruno, que estrangulou e matou a própria amiga, que morava em frente à sua casa e estava tentando ajudá-lo, é que a imprensa vai tentar fazer... a imprensa, não, as autoridades vão dizer que estão tentando fazer alguma coisa. Ora, até quando nós vamos assistir a isso calados? Falo aqui aproveitando o sinal da NET, que é transmitido para ver se o Ministério da Justiça ou as autoridades fazem alguma coisa. Porque não adianta simplesmente noticiarmos no rádio, na televisão e nos jornais. Temos que fazer alguma coisa urgentemente. Estamos assistindo, por exemplo, às pessoas serem demitidas porque falam a verdade, a exemplo da jornalista Salete Lemos, que acaba de ser demitida da *TV Cultura*, em São Paulo, e está aí, rodando em todos os canais, porque falou a verdade sobre a economia brasileira e o que deve ser feito. Ela falou que o Bradesco tem que devolver dinheiro, que o banco "x" tem que devolver dinheiro. Ela falou a verdade e quem fala a verdade hoje, neste país, é punido. Agora, até quando ficaremos calados?

A droga vem avançando e não pede licença. Não há volta para uma criança que é aliciada. O dano está feito. Para quem não sabe, o crack, segundo especialistas, causa um ataque imediato. Ele vem, bate e pronto! É ali! Dizem que a cocaína demora um pouco mais. Agora, vejo pessoas falando e proclamando seus depoimentos por aí afora, como estrategistas, especialistas, mas eu não vejo ação. O Governo do PT ficará marcado pelo avanço das drogas no Brasil. Nunca se avançou tanto. Nas escolas, então, há de tudo, menos – desculpem-me; não é com os professores – segurança. Não há. O que é que há? Um professor é obrigado a corrigir seu filho? Não. Um professor é obrigado a dizer como seu filho deve se portar? Não. Mas o traficante o faz. O traficante está agindo em todos os cantos. Porém, não adianta apreender as drogas. Apreendem maconha aqui, cocaína ali, mas o tráfico só cresce e ninguém faz absolutamente nada. Estou estarecido e, por isso, faço esse pequeno pronunciamento de protesto, dizendo que a droga está avançando e muito. Falar a verdade está causando demissão neste país. Parece que o que interessa é que o pobre fique cada vez mais pobre; os ricos, cada vez mais ricos; os drogados, cada vez mais drogados; e os traficantes, bilionários.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não iria falar hoje, mas assisti a uma entrevista, ao meio-dia e quinze, na *TV Globo*, do Secretário Adjunto da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do GDF, Flávio Lemos de Oliveira, e eu gostaria de me manifestar. Ele foi à *TV Globo* falar sobre as dificuldades que as pessoas que visitam os cemitérios encontram. Na sua entrevista, lá pelas tantas, ele diz que aquele estado de coisas é resultado de uma herança que o Governo recebeu. Vivenciamos aqui outros episódios, outras alegações neste norte, sempre se atribuindo a outrem as mazelas que não se consegue resolver.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Também vivenciamos nesta Casa Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as irregularidades do cemitério, entre as quais essa falta de manutenção. O próprio Governador José Roberto Arruda já avançou nessa questão, tomando medidas preliminares para não deixar que aquele estado de coisas continuasse. Mas o Sr. Flávio esquece que já se passaram quase 3 anos de governo e que ele já está na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania há mais de 1 ano. Por que, ao invés de atribuir essa situação à herança deixada, não fiscaliza a execução do contrato e impede que o que vimos ali aconteça? É muito fácil colocar a culpa nos outros. Por que ele não o faz? Por que a Secretaria não o faz?

Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. foi presidente de uma CPI que deu um norte ao Governo. Agora, a situação macro, o Sr. Governador determinou que se fizesse. A micro é dele, é da Secretaria dele. Fiquei triste. Eu não ia falar, mas, quando vi um advogado de renome falar que estão pensando em elaborar um decreto para regulamentar situações que não foram regularizadas no contrato, fiquei muito triste. Fiquei muito triste ao ouvir uma autoridade do Governo falar daquela forma. Ele tem é que arregaçar as mangas e resolver o problema. Tem que fiscalizar, sim. Tem que multar. Se for o caso, ele tem que romper o contrato. Se vai ou não pegar a atividade novamente... Ele tem que resolver a questão. Só não se pode deixar as pessoas que perderam seus entes queridos – sou uma delas – e querem um pouquinho de dignidade à mercê de um cidadão que fica colocando a culpa por essa situação em herança de governos anteriores. Vai trabalhar!

Fui Secretário de Solidariedade, cuidei da segurança alimentar e não hesitei em cancelar contrato de fornecedores de cestas básicas, de leite e de pão. Cancelei o contrato com empresas de fora, de renome e fiz outras licitações. Por que motivo eles não fiscalizam? Porque eles não exercem suas atividades na plenitude. É só ter um pouquinho de vontade, ao invés de ir à televisão e colocar a culpa em herança de outros governos.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi um aparte para, primeiro, parabenizar o Deputado Milton Barbosa por trazer esse tema com tanta propriedade. Realmente, ontem, percebemos, no Dia de Finados, que grande parte dos problemas apontados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios ainda perduram.

Tive a oportunidade, no horário do almoço, de acompanhar a entrevista que V.Exa. traz a debate e estou de acordo, em parte, com as críticas levantadas. Acho que não podemos governar com o olho no retrovisor. Temos que governar com a perspectiva de horizontes futuros. É nessa perspectiva que quero comemorar o entendimento, ainda que tardio, na minha avaliação, do Governo de encampar, de retirar, de caçar definitivamente o contrato firmado com a empresa Campo da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Esperança. Apesar de todas as polêmicas que ocorreram com o término da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, estou convencido de que, sem dúvida nenhuma, a melhor atitude que o Governo do Distrito Federal podia tomar, nessa área de serviços funerários, era, de fato, cancelar esse contrato e criar um modelo de gestão que seja mais barato para o cidadão, no qual ele seja respeitado, e que seja descentralizado.

Então, nesse aparte, quero fazer coro com V.Exa. em parte das críticas. E de fato, a partir de agora, se o Governo passa a sinalizar com o rompimento do contrato, isso é motivo de comemoração por essa cidade. Sem dúvida nenhuma, uma das sugestões que a CPI dos Cemitérios trouxe foi o fato de que o Governo estudasse uma alternativa de rompimento do contrato sem premiar a empresa, para que a empresa não venha amanhã questionar o contrato e conseguir indenização. Essa empresa já explorou demais e já cansou a paciência da população do Distrito Federal. Parabens V.Exa. Só não poderia deixar de fazer coro com V.Exa. e sugerir, mais uma vez, o rompimento do contrato com a empresa Campo da Esperança.

Muito obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte de V.Exa.

Sr. Presidente, dou por encerrado o meu pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que não é só no que diz respeito aos cemitérios que o Governo tem atribuído a responsabilidade tão única e somente a governos anteriores.

Nós estamos vendo isso com a sucessão de apagões que acomete Brasília todos os dias; aliás, me parece que isso é uma lógica bem permanente do sintoma do neoliberalismo, porque nós vivemos o risco do apagão durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Neste Governo Lula, não há qualquer tipo de risco em função dos investimentos que foram feitos para que se pudesse pensar ou temer um apagão.

Digo isso porque, à época, Fernando Henrique atribuía a São Pedro a ausência de chuvas, a iminência de um apagão. O Governo Arruda atribui a responsabilidade a governos anteriores. Há existência de áreas de apagões aqui no Distrito Federal. Mas, analisando e navegando pelo SIGO, venho investigar que, de 215 milhões destinados a investimentos na CEB, este Governo executou apenas 85 milhões. Portanto, há ausência de investimento, a qual ele atribui a responsabilidade a governos anteriores para a existência de áreas... o que nunca imaginaríamos que fosse possível. Em Brasília, as pessoas estão estabelecendo os seus horários e seus encontros para antes ou depois do apagão, porque inevitavelmente a população será



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

vítima de uma ausência de energia elétrica com todas as consequências que vêm por meio desta ausência de energia elétrica, ainda que temporária. Portanto, é preciso que tenhamos clareza de que o Governo simplesmente não pode jogar, sob responsabilidade de governos anteriores, a sua própria inoperância.

A mesma coisa nós estamos vendo com os cemitérios. A CPI dos Cemitérios, abruptamente sepultada viva – digo sepultada viva – desmembrou uma série de linhas de investigação que ainda estavam por se desenvolver, havia uma série de oitivas já aprovadas para que se pudesse aprofundar e trazer algum resultado para a sociedade. Essa CPI dos Cemitérios, que por orientação do Governo do Distrito Federal foi sepultada viva, já apontava uma série de problemas nos cemitérios. E apontava, inclusive, a ilegalidade da continuidade desse contrato. Por vários motivos. Mas se não fossem todos esses motivos um só, já seria suficiente para tornar nulo o contrato com essa administradora. Falo da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666 estabelece que, se uma empresa concorrer a uma licitação, ganhar e fizer mudanças no seu controle societário, o contrato tem que tornar-se nulo. A lei é muito clara.

E vejam, quando essa empresa concorreu, 80% desse consórcio pertenciam às empresas da Deputada Eliana Pedrosa. Em seguida, mudou-se a composição societária e apenas 20% ficou com a Dinâmica, da família da Deputada Eliana Pedrosa; 80% passou a ser do administrador, do Sr. Moacir, de sua empresa. Só isto, ou seja, o fato de termos um consórcio disputando uma licitação, ter ganho esta licitação e tão logo depois de ter em suas mãos o monopólio dos cemitérios no Distrito Federal – praticando inclusive preços escorchantes e ferindo sob todos os aspectos o direito do cidadão e o direito do consumidor –, ter havido uma mudança societária do consórcio – a lei é muito clara –, isso por si só deveria tornar nulo o contrato assinado.

Tudo isso foi muito bem definido pela CPI dos Cemitérios, e o Governo do Distrito Federal não fez absolutamente nada – absolutamente nada – para poder superar todos os óbices e todas as ilegalidades e irregularidades que a CPI verificou. Neste momento, dizem alguns, é preciso que se verifique, para que não caiamos na desonestidade intelectual, que aquele terreno passa a ser muito valorizado porque será transformado em um terreno para uso residencial. Dizem alguns, é preciso que averiguemos isso, inclusive estamos fazendo um requerimento de informações nesse sentido. Mas, neste exato momento, começam a vir à tona todas as críticas relativas à administração de cemitério, e o Governo, mais uma vez, já com 3 anos de existência, se exime como se não fosse gestor e atribui a responsabilidade a governos anteriores.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, eu na verdade queria lembrar a promessa, debatida intensamente aqui nesta





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Casa nos últimos 4 anos, de que o Distrito Federal ficaria 100 anos com água em abundância. Nós tínhamos um problema de água, era reconhecido, mas falava-se que durante 100 anos não teríamos problemas com Corumbá IV. Quantos foram os milhões dirigidos para Corumbá IV? V.Exa. lembra. E, agora, o Governo anuncia que é preciso retirar água do Lago Paranoá. Lago Paranoá, água de beber!

Fora os apagões. É preciso que aqueles que tiveram a ideia e que hoje respondem pelo consórcio venham a esta Casa explicar ao povo de Brasília os milhões que lá foram gastos, porque a sociedade está esperando por uma explicação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado Chico Leite, apenas gostaria de dizer que não há água em abundância, nem tampouco vida neste Governo, que repito é um governo de plástico, é um governo de casca, é um governo de *marketing*.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Eu pude sentir que a nobre Deputada Erika Kokay é saudosista. Eu fico feliz de vê-la. Ela sempre tem o mesmo assunto, ela bate na mesma tecla, mas eu queria ver S.Exa. fazer um pronunciamento bonito sobre o Governo Federal para dizer o que tem feito no avanço da droga neste País, porque eu fiz um pronunciamento e ela não disse absolutamente nada. Absolutamente nada!

O Governo Federal, para mim, é um governo de casca, de pet, de plástico e que vem comprando os pobres deste País. Os pobres estão comprados. Ficam calados. Antigamente, plantavam uma horta e vendiam os seus produtos na feira de sua cidade, lá no Norte. Hoje, não, a cidade não planta absolutamente mais nada, porque eles preferem esperar o dinheiro do Bolsa-família, ficam sentados às suas portas. Isso eu não estou inventando, isso foi matéria de uma reportagem que mostrou claramente que uma cidade inteira vive e depende do Governo Federal. Agora, será que o Bolsa-família e esse avanço do Governo Federal um dia controlarão o tráfico de drogas? Crianças de 11 anos estão dando depoimentos dizendo que fumam e vendem *crack*. É só ler o *Estado de Minas* que vocês vão ver o avanço, o *Correio Braziliense* publicou também a matéria.

Então, antes de falar de outros governos, é preferível que os Deputados do PT olhem para trás um pouquinho, ou olhem para o Governo Federal e se espelhem, porque dizer que esse governo é um bom governo! Sinto muito!

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu constatei que, entre os presentes aqui em plenário, os que estão no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

cafezinho e os que estão no gabinete, cujas assinaturas já constam na presença, já há *quorum* suficiente para iniciar a votação das matérias.

Eu queria propor, já temos discutido isso várias vezes, que seguissemos exatamente a Ordem do Dia, trabalhando nos vetos que vão do Item nº 01 ao Item nº 13. Então, nós venceríamos isso hoje e entraríamos, se o fizermos, na ordenação que deve ser uma pauta de casa legislativa.

Eu estive vendo e fazendo uma análise ligeira esses dias: desde que esta Câmara foi instalada, nunca ocorreu o que está ocorrendo este ano. Passamos o ano todo – não foram 2 meses, nem 3 meses, foi o ano todo – com a pauta bloqueada, trancada por vetos. Desde fevereiro, quando começamos os trabalhos, nós já estávamos com vetos ao PDOT. Só analisamos o último veto na quarta-feira passada. Restam agora 13 vetos, que nada mais têm a ver com o PDOT. Alguns são de mensagens do Poder Executivo que receberam algum aperfeiçoamento e que, às vezes, até no mérito, merecem uma consideração, mas pecam por vício de iniciativa, e alguns são vetos a projetos de Parlamentares. Fazendo isso, nós entraremos na regularidade, estaremos prontos para seguir a pauta. Quando um colega precisar pedir uma antecipação, em que o processo de pauta apresente as razões que o Plenário aprecie e considere justas, isso poderia ser feito, mas nós sairíamos desta excepcionalidade.

Nunca eu vi, aqui nesta Casa, nunca aconteceu e eu não tenho conhecimento da história de nenhum órgão de Poder Legislativo que tenha passado um ano inteiro com a pauta bloqueada.

Então, o meu apelo seria esse. Quantos oradores nós ainda temos? V.Exa. tem ideia? (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Temos inscritos o Deputado Benedito Domingos, que pediu a palavra nos Comunicados de Líderes, assim como o Deputado Reguffe; e o Deputado Chico Leite, que pediu para fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim. Então, se pudéssemos acelerar logo o procedimento, dando a palavra aos colegas inscritos, para imediatamente entrarmos na apreciação, seguindo rigorosamente a Ordem do Dia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus agradecimentos ao meu Líder, Deputado Rogério Ulysses, que nos concedeu a palavra para falar pela nossa liderança. O que nos traz aqui à tribuna, Sr.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Presidente, são fatos que têm ocorrido e que nos causam uma certa preocupação e dor.

Nós tivemos agora, semana passada, ou nessa semana, um fato ocorrido no Recanto das Emas, em que uma pobre mãe de família, pessoa humilde, mãe de 4 filhos, marido desempregado, ficou preocupada porque o dono do imóvel fez ameaças de jogá-los na rua, despejá-los. E ela, naquela preocupação de viver nas ruas com os seus filhos, comprou veneno e o deu a todos eles e, em seguida, tomou veneno também, pensando em terminar com a vida da família para evitar a humilhação de viver jogado na rua. Graças a Deus, eles foram acudidos a tempo e não houve nenhum óbito.

Isso demonstra o desnível social que temos em nossa Capital. Enquanto temos a maior renda *per capita*, talvez do Brasil e do mundo – certos setores de Brasília, exclusivamente esses setores, se excluirmos os demais, somam as maiores rendas do mundo –, temos pessoas dando veneno para os filhos porque não conseguem pagar R\$ 200,00 (duzentos reais) de aluguel de um barraco. A ameaça de despejo colocou aquela mãe em um desespero extraordinário, chegando a esse ponto tão triste.

Há alguns anos ocorreu algo parecido na cidade de Petrolina, quando uma mãe jogou os filhos dentro do Rio São Francisco e depois atirou-se também, porque as crianças choravam de fome e ela não tinha o que dar a elas para comerem. O desespero foi tamanho. Isso nos machuca muito! E machuca mais, Sr. Presidente, verificar a crueldade da dureza das nossas leis para os “pequenos”, para os “humildes”, para os “sofredores”.

O Delegado declarou o seguinte: “tão logo ela saia do hospital, ela será encaminhada à penitenciária feminina e poderá pegar 30 anos de cadeia”.

Pense bem! Eu pensei que eles iam falar: “Ela vai sair do hospital e o governo vai dar um lote para ela fazer um barraco para evitar o aluguel, e vai responder o seu processo em liberdade”. Assim como há milhares de pessoas que cometem crimes hediondos gozando desse privilégio de responder o processo em liberdade. Essas coisas nos machucam!

Eu chamo a atenção da nossa legislação penal, meu ilustre Deputado Chico Leite. Algo tem que ser feito! Não se pode, hoje, os nossos tribunais condenarem o cidadão a 200 anos de cadeia por um número de crimes violentos praticados – só pode ficar, no máximo, os 30 anos que a lei determina... O preso entra na progressão prisional, e com 6 anos já está em liberdade andando pelas ruas, como se nada mais tivesse acontecido.

Algo está errado! Está muito errado! Eu quero dizer mais: nós temos aqui, Srs. Deputados, uma aberração jurídica muito grande em nossa legislação penal, principalmente... Depois eu ouvirei com muito prazer o nosso Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Há um princípio doutrinário no Direito Penal de que o crime maior absolve o menor. Não é isso, meu ilustre ex-Diretor da Polícia Civil?

O que ocorre? Ocorre que o crime de porte ilegal de arma hoje é prisão sem direito a fiança, mas a pessoa que cometeu homicídio e portava arma indevidamente nada paga pelo porte da arma e vai responder em liberdade pelo crime de homicídio praticado, porque ele estava armado. Por isso tem que se mudar alguma coisa. É preciso rever esse conceito dessas benesses em nossa legislação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Benedito Domingos, primeiramente, quero agradecer a V.Exa. a honra que me dá, com tantos anos de experiência no Parlamento, de fazer essa intervenção no sempre magistral pronunciamento de V.Exa.

Eu quero observar a V.Exa. – 21 anos promotor de justiça –, que o que mais me dói não é tanto alguma desproporcionalidade na execução da pena, como, por exemplo, algumas hipóteses de progressão que nos assustam. Não que sejamos contra a progressão. É preciso que haja, porque a prisão perpétua vira vingança e a pena de morte é contra qualquer princípio humanitário. Então, não é por isso. Somos a favor da progressão. Agora, há algumas progressões que nos assustam.

Mas o que mais me assusta ainda é o ladrão do dinheiro público, que é, na realidade, o grande criador desse delinquente sobre o qual nós falamos. Esse ladrão tira dinheiro do Erário que ia para educação de nossas crianças, que depois viram delinquentes. Esse ladrão do dinheiro público acaba, muitas vezes, sendo convidado para ser paraninfo de turmas de formando, porque paga festas, sai nas colunas sociais dos jornais e está fora do alcance da justiça. Eu acho que esse é que é o equívoco maior de nosso sistema, permita-me.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Em minhas poucas palavras, lamento profundamente o ocorrido. Sinto como os pobres estão sofrendo neste País. Uma família tem quatro filhos desempregados, vive essa situação de completa miséria e sofrimento, e ainda recebe as ameaças penitenciárias. Trinta anos de prisão. Que tristeza! Espero que tenhamos um Brasil mais justo de fato, não no discurso. A sociedade espera de nós políticos e reclama para sermos porta-vozes deles nas tribunas das casas legislativas, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Todos temos que emanar nesse princípio de consertar alguma coisa. Como está não dá para ficar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz à tribuna nesta tarde é que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

estou entrando com uma representação junto à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça a fim de que se promovam averiguações acerca da ilegalidade dos preços excessivamente altos praticados pelos postos de combustíveis do Distrito Federal. Eu tenho aqui em minhas mãos uma tabela que tem como fonte a própria ANP – Agência Nacional de Petróleo. Diz aqui que o preço médio da gasolina ao consumidor de Brasília é de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos); em Goiânia, R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos); em Belo Horizonte, R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos); em Campo Grande, R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos); em São Paulo, R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos); no Rio de Janeiro, R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos); em Salvador, R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos); em Porto Alegre, R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos). Em Brasília – volto a repetir –, o valor é de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos)! A margem de lucro da gasolina em Brasília é de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos) por litro; em Goiânia, R\$ 0,30 (trinta centavos); em Belo Horizonte, R\$ 0,21 (vinte e um centavos); em Campo Grande, R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos); em São Paulo, R\$ 0,28 (vinte e oito centavos); no Rio de Janeiro, R\$ 0,23 (vinte e três centavos); em Salvador, R\$ 0,37 (trinta e sete centavos); em Porto Alegre, R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos). Em Brasília – volto a repetir –, o lucro é de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos)!

Aqui se cometem pelo menos duas infrações: a imposição de preços excessivos e o aumento injustificado de combustíveis no Distrito Federal. É uma infração ao art. 21, inciso XIV, da Lei Federal nº 8.884, de 1994. O aumento arbitrário dos lucros pelos postos de combustíveis no Distrito Federal é uma infração ao art. 20, inciso III, da Lei Federal nº 8.884, de 1994. O Distrito Federal tem um preço médio da gasolina de R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos). Em Anápolis, que é uma cidade ao lado, o preço é de R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos). A margem de lucro aqui é R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos); em Anápolis é de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos).

Temos de saber o porquê desses preços. Temos de investigar um suposto e possível cartel dos postos de combustíveis do Distrito Federal. Esta Casa, na legislatura passada, fez uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar isso, o que foi, em minha opinião, talvez o ponto mais alto da legislatura passada. Acho que é papel desta Casa ir firme em cima disso.

Quero que a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça acompanhe e investigue um possível cartel no Distrito Federal e o porquê dessa margem de lucro excessiva dos postos de combustíveis do Distrito Federal. Não tem cabimento Brasília ter a gasolina mais cara entre todas as cidades que citei e uma margem de lucro que é quase o dobro da de Anápolis, que está aqui ao lado. Isso é inaceitável, é injustificável. Cabe à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça investigar isso com todo o rigor que se espera dessa Secretaria. Estou entrando com essa representação e esperarei uma resposta do Sr. Secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nesse ínterim, enquanto vai à tribuna o Deputado Chico Leite, V.Exa. poderia fazer um apelo para que os Deputados que estivessem nos gabinetes já descessem para que, assim que terminado o Comunicado de Parlamentares, pudéssemos iniciar a votação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço um apelo, atendendo à Liderança do Governo, Deputada Eurides Brito, a todos os Deputados que se encontram nesta Casa, muitos já até assinaram a presença, para que venham até o plenário a fim de que possamos dar início à votação e apreciação dos vetos.

Com a palavra o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minhas colegas, meus colegas, senhores e senhoras da imprensa, senhores assessores e senhoras assessoras, venho a esta tribuna fazer um debate que eu deveria ter feito na semana passada, mas, mesmo participando das preliminares de realização da comissão geral, não pude ficar para expor algumas posições.

Quero antes agradecer às colegas e aos colegas que me citaram e que citaram minhas preocupações, muito especialmente à minha Líder, Deputada Erika Kokay.

Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, permita-me voltar ao tema, porque quero fazê-lo sob outra ótica.

O Governo do Distrito Federal enviou recentemente a esta Casa proposta de emenda para revogar o inciso III do art. 329 da Lei Orgânica. Tal dispositivo prevê que o título de domínio, a escritura de imóvel público de programa habitacional seja concedido após 10 anos de posse do bem. Sinteticamente, os beneficiários de lotes em programas habitacionais de baixa renda permanecem na posse do imóvel pelo período em questão, após o qual se configura o direito ao registro da escritura pública. A concessão da escritura às famílias de baixa renda fortalece o direito social à moradia, contido no art. VI da Carta Maior, garantindo segurança e um nível adequado de vida. Com a escritura, os beneficiários, Deputado Benedito Domingos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

têm acesso a linhas de crédito destinadas especificamente aos mais carentes e podem, evidentemente, melhorar as moradias. Além disso, Deputado Geraldo Naves, a escrituração em cartório confere legitimidade e segurança às transações imobiliárias e permite a transferência aos herdeiros. Vejam as vantagens. Entretanto, é preciso dizer – permita-me, Deputado Reguffe, Deputado Milton Barbosa – que a Lei Orgânica jamais, em realidade, sob alguns aspectos, constituiu um obstáculo à aquisição desse direito. Quero mostrar por quê. Há, em todo o Distrito Federal, milhares de lotes cujos moradores, embora tenham direito, ainda não receberam a escritura pública, apesar de a concessão de uso ter sido entregue há mais de vinte anos.

Vejamos: Santa Maria, por exemplo, foi loteada em 1992 e, passados 17 anos, muitos moradores ainda não receberam a escritura. Por isso, recentemente, durante o projeto “A Câmara mais perto de você” – V.Exa., Sr. Presidente, deve lembrar – eu apresentei uma indicação legislativa para que o GDF apressasse o registro e a entrega das escrituras aos moradores da cidade. O mesmo pode ser dito do Paranoá – lá também fiz questão de apresentar a indicação –, cuja regularização jurídica vem se arrastando desde 1989 e que nos motivou também – V.Exa. sabe – a provocar idêntico sentido executivo para resolver essa pendência.

A situação, permita-me dizer, Deputada Eurides Brito, é praticamente similar em todos os núcleos urbanos do Distrito Federal. Além disso, Deputado Benício Tavares, a Lei Orgânica permite que a concessão de direito real de uso seja utilizada nos programas habitacionais do Distrito Federal. Trata-se de um instrumento que possui os mesmos efeitos de uma escritura pública: registro em cartório, transferência aos herdeiros e aceitação em contratos de financiamento, como se faz usualmente com a escritura pública. Para isso, basta que o GDF aplique a lei, ou bastava que o fizesse, Deputado Rogério Ulysses, em outros governos que tiveram oportunidade.

Entretanto, observamos que a intenção parece – perdoe-me, Deputado Raad Massouh – a de utilizar a política habitacional, como outrora, para fins político-eleitoreiros. Aliás, as terras públicas e os legítimos anseios por moradia há muito têm sido explorados no Distrito Federal para esses fins. Por isso nós temos tantos problemas que envolvem o tema: pessoas que aguardam na fila de espera por um lote e jamais são contempladas; denúncias de irregularidades na concessão; atuação de falsas cooperativas.

Aqui preciso dizer: o movimento de cooperativas é o grande movimento do séc. XXI. Mas há impostores – é um perigo – que utilizam esse grande instrumento como, na verdade, elemento para ganhar dinheiro, locupletando-se ilicitamente para enganar a boa-fé das pessoas e até para fazer disso instrumento eleitoreiro também.

Sr. Presidente, há denúncias de estelionato. As denúncias de grilagem de terras públicas – V.Exa. sabe – estão nos jornais todos os dias há mais de 20 anos. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

há uma intensa comercialização de lotes oriundos de programas habitacionais. Aliás, hoje, são duas páginas do *Correio Braziliense* dedicadas ao embate deste tema.

Pois bem, é preciso perguntar: por que razão, Presidente Wilson Lima, o GDF jamais entregou as escrituras de milhares de lotes em Santa Maria, no Paranoá, na Ceilândia, na quadra 24 do P Sul, onde estive? É a grande reclamação. Em Samambaia, no Setor M Norte, entre outros, cujos moradores estão esperando há décadas pelo documento. Por quê? Serão grandes comícios eleitoreiros? É isso? Será que estão sendo vítimas os moradores que têm o direito sagrado de morar? Será que é para dar vazão a todos esses maus instrumentos de política pública?

Portanto, Sr. Presidente, permita-me, juntando-me àqueles que têm a intenção real de cumprir o que deseja o movimento social e, principalmente, aquilo a que têm direito – não é favor – os moradores e moradoras. Temos fortes razões para concluir que esta proposta de alteração pode não estar lastreada naquilo que desejamos, que é a concessão do direito de morar. Tenho dúvidas e acho que essas dúvidas precisam ser objeto de um grande debate, que começou na última quinta, mas que não deve terminar assim facilmente, que deve ser elemento de pesquisa das instituições fiscalizadoras, preocupação da Secretaria de Habitação – que, aliás, com esteio em instrumento legislativo nosso, deu, pela primeira vez, clareza aos programas habitacionais. É preciso observar isso da Secretaria comandada pelo Deputado Paulo Roriz. Foi um projeto de lei da nossa autoria que a Casa Legislativa aprovou ainda na sessão de Ceilândia. E, sinceramente, Sr. Presidente, nós não podemos admitir que o que é direito da população acabe virando instrumento de desvios do que de pior há na política pública. Com o que há de boa intenção, com o que há para resolver, nós vamos nos unir, nós vamos estar juntos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi o pronunciamento do Deputado Chico Leite com muita atenção. Vale lembrar um trechinho só no final – depois de dizer que era um dever do Distrito Federal – sobre a Secretaria da Habitação. Eu gostaria só de lembrar que ela nunca foi tão transparente quanto agora, na gestão deste Governo, sob o comando do Deputado Paulo Roriz, que é do Democratas. Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo.

O Deputado Chico Leite veio à tribuna fazer um discurso bonito como é notório, e sempre admiramos os seus discursos pela beleza, pela colocação das palavras, mas cabe uma pergunta: V.Exa. esqueceu que o seu governo do PT passou por essas décadas a que o senhor se referiu? Por que lá o seu governo do PT não regularizou tudo? Se assim fizesse, talvez hoje V.Exa. não estaria fazendo este discurso. Quer dizer, perdeu a oportunidade de regularizar tudo naquela época.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Mas eu gostaria só de cumprimentá-lo por suas palavras. Muito bonitas. Parabéns!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria parabenizar o Deputado Chico Leite pelo belo pronunciamento. Vou ousar dissentir de S.Exa. em parte, porque, se o Deputado Chico Leite não sabe, nenhum dos governos, nem o dele, do PT, tem culpa de, em algumas regiões, os moradores não terem escritura. A questão é fundiária. Por exemplo, no Riacho Fundo II, ninguém tem escritura. O Pró-DF não será implantado lá enquanto não houver o registro em cartório.

Deputado Chico Leite, V.Exa. sabe por quê? Porque o Governo Federal diz que é dono de um pedaço, o Governo daqui diz que é dono de um pedaço, e um grileiro diz que é dono de outro. Então, quando vamos colocar todo mundo em um balaio só, temos que explicar. O Cristovam não tem culpa, o Roriz não tem culpa. Os dois primeiros assentamentos feitos pelo Roriz não têm escritura, inclusive a Vila Roriz lá no Gama. Lá ninguém tem escritura, mas a questão é eminentemente fundiária. A Terracap não resolveu, mas não resolveu devido ao imbróglio jurídico que existe.

Eu parabenizo V.Exa. pela preocupação, mas eu queria fazer esta observação. Quem não recebeu a escritura não foi por desídia dos governos, inclusive o de V.Exa. e também o meu, a que pertenci, nem deste Governo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me regozijar em ter sido aparteado pelo Deputado Geraldo Naves e pelo Deputado Milton Barbosa. É uma honra, para um modesto Parlamentar como eu, ser aparteado por duas figuras da lavra desses 2 Parlamentares.

Contudo, eu preciso dizer ao Deputado Geraldo Naves que, independente de coloração partidária, divisão de política pública – aliás, que bom que esse Governador, que não seguia a linha ideológica do PP, não está mais neste partido; por sinal, nem poderia estar porque me parece que tem transtorno bipolar político, tenho dito isso ultimamente aqui –, onde não se regularizou ou se praticou irregularidade, serei contra! Porque entre o princípio e a dignidade, o partido e a eleição, eu fico sempre com o princípio e a dignidade! Essa é a minha posição.

Com relação ao nosso querido Deputado Milton Barbosa, eu preciso dizer que há uma diferença. Há locais, onde há questão fundiária, que o Governo Federal reivindica, que famílias reivindicam. Eu acho que o ideal é colocar esses grileiros na



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

cadeia, os processos criminais estão aí, alguns, com condenação. Na cadeia! Eu não entendo como alguns ainda querem se candidatar a cargos políticos.

Há lugares em que há, realmente, problemas fundiários. Contudo, há outros – que citei aqui – que dependem da regularização do governo. É diferente! Onde há problema fundiário, é uma coisa; onde há problema de efetiva regularização com o Executivo, é outra! Nós precisamos saber as diferenças.

Quero agradecer-los imensamente e acho que o meu modesto pronunciamento ficou enriquecido pelas observações de V.Exas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A última inscrita é a Deputada Erika Kokay. Aproveito para fazer um apelo, novamente, a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa para que venham ao plenário. Temos 18 Deputados presentes na Casa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria ler o nome dos Deputados que estão na Casa para que possam vir ao plenário para iniciarmos, logo após o pronunciamento da Deputada Erika Kokay, a votação. Estão na Casa os seguintes Deputados: Deputado Aylton Gomes, Deputado Benedito Domingos, Deputado Benício Tavares, Deputado Bispo Renato, Deputado Cabo Patrício, Deputado Chico Leite, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Dr. Charles, Deputada Erika Kokay, Deputada Eurides Brito, Deputado Geraldo Naves, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Milton Barbosa, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Raad Massouh, Deputado Reguffe, Deputado Rogério Ulysses e Deputado Wilson Lima.

Portanto, enquanto a Deputada Erika Kokay faz o seu pronunciamento, peço a todos os Deputados que se dirijam ao plenário para iniciarmos a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parto do pressuposto de que a existência de pessoas que não detêm renda necessária para o exercício cotidiano da dignidade humana não é natural, é fruto de uma sociedade que concentrou a propriedade e a renda na mão de poucos.

Neste País, nesta cidade, somos vítimas de uma desigualdade profunda e uma concentração de renda. Brasília continua sendo a cidade mais desigual de todo Brasil. É uma cidade, portanto, cindida. E não me venham dizer que a pobreza é natural. Não é! Parto do pressuposto de que num país tão rico e numa cidade tão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

rica não deveríamos conviver com tanta exclusão: social, simbólica. Exclusão, inclusive, de identidades, porque há um processo chamado por alguns, inclusive por Bauman, de uma modernidade líquida. Modernidade líquida se contrapondo ao termo da pós-modernidade. Nessa modernidade líquida existem, inclusive, crises de identidade. Digo tudo isso porque, quando se cria no Brasil um programa como o Bolsa-família, busca-se reparar uma desigualdade construída social, econômica e culturalmente; construída como reedições cruéis das casas-grandes e senzalas. Portanto, quando se cria um programa como o Bolsa-família, busca-se reparar o nível de desigualdade construída, porque a pobreza não é natural.

Quando alguns acham que o Bolsa-família alimenta a pobreza e uma inexistência de trabalho, pois as pessoas, em vez de estarem trabalhando, estariam recebendo o Bolsa-família, essa visão está cheia de um preconceito que vem de uma premissa equivocada. Vem da premissa de que a pobreza é natural. Não é. É construída socialmente. E dessa premissa nasce o preconceito de que todos podem chegar a qualquer lugar. Não é verdade. Existem paredes e tetos de vidro. E existem corredores de exclusão social que são corredores construídos pela loteria biológica, que joga dois terços da humanidade abaixo da linha da pobreza. Cabe a um Estado destruir os corredores de exclusão social, senão eles começam a ser erguidos quando se nasce e vão para depois da morte, como vimos na CPI dos Cemitérios, porque os que estão nos ossários clandestinos são pessoas sepultadas socialmente. Pelo caixão, pelas roupas, pelo plástico – pela cor do plástico – é que ali detectamos, não há dúvida, uma exclusão social que vai para depois da morte, para além da morte, e que está perpetuada nesta cidade.

Por isso, digo que condenar o Bolsa-família significa, primeiro, achar que a pobreza é natural. Em segundo lugar, que as pessoas são pobres porque querem ser pobres, porque não querem agarrar as diversas oportunidades que existem. Significa fazer validar os corredores de vidro, que não são vistos. E, por não serem vistos, não podem ser combatidos. E, por não serem vistos, as pessoas que são vítimas da exclusão acham que o problema está com elas, que são pobres porque querem ser pobres.

Portanto, eu diria que isso é absolutamente anacrônico. É coisa da Ditadura Militar, que falava que qualquer um chega aonde quer chegar. Não existem oportunidades iguais e não existe naturalidade na pobreza. E, portanto, não existem liberdades e condições igualitárias para que todos, independentemente do ponto de partida, cheguem ao mesmo ponto de chegada.

Por isso, nós defendemos o Bolsa-família e defendemos o programa do Governo que diz, entre outras coisas, que é possível incluí-los no mercado produtivo. Mas isso não se dará pela mão invisível do mercado, porque a mão invisível do mercado ceifa as oportunidades, naturaliza a pobreza. A mão invisível do mercado captura almas e captura subjetividades neste momento. Isso se dará através de uma



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

atuação do Estado ao reconhecer que ele tem uma dívida, porque sempre esteve ao lado dos poderosos, com a população que foi vítima de tanta desigualdade social.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares. Peço aos Deputados que se encontram nos seus gabinetes nas dependências da Casa do Povo que se dirijam ao plenário.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03 / 11 / 2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS – PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – PSC		X	
CABO PATRÍCIO – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CHICO LEITE – PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN	X		
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH – DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	14	10	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que sigamos exatamente a sequência da pauta, e apelo para que os companheiros estejam todos em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à  
ORDEM DO DIA.

Passo à leitura do Item nº 3 da pauta.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não, Sr. Presidente. É o Item nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já foi feito o relatório do Item nº 3, Deputada. Já é para sua apreciação direta.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, a nova pauta, distribuída hoje...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Já foi feito o relatório do Item nº 3, é apenas sua votação.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi uma informação, uma denúncia, de que no Hospital Regional da Asa Sul existem computadores que estão fechados, parados já há alguns meses.

Eu queria que a Secretaria de Saúde checasse essa informação, pois é algo muito grave. Caso esses computadores estejam lá, não podem estar parados, até porque isso é um desperdício de dinheiro público, é um desrespeito ao contribuinte! Há, também, a informação de que esses computadores seriam alugados, o que é mais grave ainda, porque a Secretaria estaria pagando aluguel de computadores e não os estaria utilizando, principalmente nesse momento tão grave que vive a saúde pública no Distrito Federal.

Então, eu queria apenas solicitar à Secretaria de Saúde que investigasse isso, e visse se procede, até porque são servidores que disseram isso, que, em minha opinião, é algo muito grave, porque, caso se comprove, é um desperdício de dinheiro público. Como eu confio na ilibada reputação da atual direção da Secretaria de Saúde, espero que tome providências práticas com relação a isso, e resolva esse problema.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de corroborar o que Deputado Reguffe falou, mas existem computadores sim. Existem computadores há alguns anos, já. Alguns deles foram devolvidos, mas nós chegamos a ver mais de cem computadores encaixotados em Sobradinho, há alguns anos, que realmente foram devolvidos.

Existem computadores encaixotados, quando o Secretário fala a todo momento sobre a necessidade de um prontuário eletrônico, ou do prontuário informatizado, o que seria, absolutamente, um salto de qualidade na saúde pública.

Existem coisas muito piores, inclusive um Secretário que exonera um servidor pela televisão. Um servidor que não poderia ser exonerado, porque se exoneram, Deputado Dr. Charles – V.Exa. sabe bem disso –, os cargos comissionados. S.Exa. exonerou o chefe de equipe, que é de uma relação contratual. Não podia exonerá-lo, pois não é um cargo comissionado, é a lotação daquele servidor, daquele médico. Estamos fazendo, inclusive, um requerimento de informação para saber em que condições se deu a orientação para que o SAMU e os bombeiros não levassem casos de urgência para o Hospital de Taguatinga.

De toda sorte, o Secretário talvez não saiba – acho que não sabe –, pois se soubesse não teria exonerado, na televisão, um profissional que ele não pode exonerar, porque não é cargo comissionado.

Era só isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa. está tão indignado quanto eu com relação a esse tipo de postura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É verdade.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar, porque eu queria que se apurasse se esses computadores são alugados. Se forem alugados, é algo muito grave: computadores estarem ociosos esse tempo todo, e tendo sido alugados, com gasto do dinheiro público, sem nenhum resultado.

Portanto, peço que isso seja checado, porque é para o bem do contribuinte, e esta Casa tem o dever de fazer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Falarei com a Líder do Governo, que lhe dará a resposta no momento adequado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – É o Item nº 3 da pauta.

Sr. Presidente, V.Exa. tinha razão ao colocar em votação em primeiro lugar o Item nº 3, porque na última sessão nós o incluímos, discutimos, e quando íamos votá-lo, não tínhamos mais *quorum*.

Então, é o Item nº 3, e depois voltamos para a sequência normal da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, são três os artigos que vamos apreciar, certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Isso, Deputada Erika Kokay.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mesmo o art. 18, nós podemos até mantê-lo, porque já veio uma lei própria, a lei já foi aprovada...

Eu queria fazer um esclarecimento. São três votações separadas: o art. 3º, o art. 17 e o art. 18. Gostaria de saber se o art. 18, ao termos aprovado uma lei de mesmo teor aqui, exime-nos da apreciação do veto. A meu ver, temos que apreciá-lo mesmo assim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não. Apreciamos o veto.

Apreciação do veto ao art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o veto que incidiu sobre o art. 3º da Lei, a nosso ver, está absolutamente correto. Por isso, nós vamos votar pela manutenção do veto. Esse art. 3º diz que, ao se ter uma dívida que é de vários sócios — uma empresa com vários sócios que tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

uma dívida —, um dos sócios, ao quitar a sua dívida, estaria isento de toda a responsabilidade pela dívida.

Ora, o Código Tributário Nacional não admite a possibilidade de um dos sócios quitar parte da dívida para eximir-se da responsabilidade perante o Fisco, na medida em que a dívida não incidiu individualmente, mas incidiu societariamente. O fato de um dos sócios quitar a sua dívida não pode eximi-lo das responsabilidades perante o Fisco.

Nós fizemos esta discussão no momento em que estávamos aprovando a lei. Especificamente com relação a esse artigo, nós dizíamos que ele estava equivocado e era uma afronta ao Código Tributário Nacional. Mesmo assim, o artigo foi aprovado e o Governador opôs a ele o veto parcial, do qual vamos defender a manutenção porque está correto. Não podemos permitir que, em uma dívida societária, um dos responsáveis por essa dívida, um dos componentes da sociedade, ao pagar parte da dívida, possa se eximir e estar livre de responsabilização ao Fisco.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela manutenção do veto, vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei contra o programa do REFAZ até porque considero que a carga tributária é abusiva. Eu reconheço a carga tributária como abusiva, tanto que defendo a redução dessa carga tributária. Votei nesta Casa de forma contrária ao aumento do IPTU e IPVA quando foi proposto. Se eu reconheço que a carga tributária é abusiva e que é difícil alguém pagar esses impostos, o Governo deveria, antes de pensar em premiar o inadimplente, premiar o adimplente, aquele que, mesmo a carga tributária sendo abusiva, fez um esforço e conseguiu honrar o seu compromisso com o Estado. Então, penso que o Governo, antes de pensar no inadimplente, teria de premiar o adimplente, aquele que mesmo com sacrifício ainda assim honrou os seus compromissos com o Estado.

Se eu votei contrário ao REFAZ, eu vou votar pela manutenção do veto, até porque sou contra que isso e tudo com relação a isso virem lei. Até porque, em minha opinião, o Governo deveria – volto a dizer e volto a repetir – visar muito mais aquele contribuinte que, mesmo a carga tributária sendo abusiva, honra seus compromissos do que premiar o inadimplente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay já fez a defesa que eu iria fazer pela manutenção do veto. Não tenho nenhuma vírgula a acrescentar à defesa que S.Exa. fez.

Então, encaminho pela manutenção do veto, lembrando que estamos tratando do veto ao art. 3º, porque temos 3 vetos nessa mesma lei. O veto é ao art. 3º. Pelos mesmos motivos já defendidos pela Deputada Erika Kokay, encaminho pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, a votação será pelo processo nominal.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03, 11 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 3º —

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 1623/09

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): Wilson Lima

☒ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT	X				
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	15			09	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Du Chaves	ASSP	Nº 1
VOTOS "SIM" 15		VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO" —		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO —			
AUSÊNCIAS 09			





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto oposto ao art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de passarmos ao próximo veto, eu gostaria de fazer um esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, eu me senti no dever de fazer esse esclarecimento, porque ponderei há algumas sessões à minha Líder Deputada Erika Kokay, como habitualmente se faz no Partido dos Trabalhadores — é praxe nossa. Como me manifestei contrário ao PDOT, como um todo, por entender que ele equivocava-se em sua origem, como princípio, fiz também questão de me colocar em obstrução durante a votação de todos os 70 e poucos vetos do PDOT. Aquilo que não se poderia separar no debate e na votação do projeto, também, em nossa modesta opinião, não se poderia separar na apreciação dos vetos. Com essa finalidade, eu me expressei dessa forma no dissenso à Líder Deputada Erika Kokay, que assim me permitiu. Por isso fiquei em obstrução durante todos os votos dos vetos do PDOT. Eu devo esse esclarecimento à população do Distrito Federal, aos colegas e à nossa bancada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pois não, Deputado Chico Leite.

Apreciação do veto ao art. 17 do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu fico bastante feliz de saber que os Parlamentares da base governista estão seguindo a orientação da Oposição. Já diz o ditado popular: “antes tarde do que nunca.” Nós fizemos toda essa discussão na apreciação do REFAZ III, e os





Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Parlamentares da base governista insistiram em votar da forma como foi possivelmente vetada. Então, antes tarde do que nunca. Se não conseguimos ter o poder de convencimento na ocasião da votação, que o tenhamos neste momento, em que o Governador opôs esses vetos.

Também fizemos essa discussão quanto ao art. 17, com absoluta clareza, como estamos fazendo agora. O que diz esse artigo? Que o material que está sendo depositado em um imóvel próximo ou contíguo ao imóvel onde funciona a firma que não estiver em dia com o ICMS terá perdoada a dívida. Então, o débito tributário ou não tributário, constituído ou não, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizado ou não, de responsabilidade das empresas revendedoras de material de construção, decorrente de material depositado em imóvel próximo, contíguo ou não, desde que destinado exclusivamente à manutenção de estoques dos materiais destinados à revenda, será perdoado das suas dívidas. Isso é um verdadeiro absurdo! Significa que se eu tiver um material que não estiver em dia com o ICMS e colocá-lo em um terreno contíguo ou próximo, eu simplesmente terei a cobrança do ICMS perdoada ou terei remetidos os débitos tributários ou não.

Lembro que, na ocasião da apreciação do REFAZ III, nós fizemos essa discussão. Isso estimularia toda sorte de deslocamento de material das empresas para terrenos próximos, o que representaria tirar os recursos públicos que devem ser aplicados na educação, na saúde, nas políticas para crianças e adolescentes e destiná-los aos proprietários que se utilizaram de um artigo para fugirem das suas obrigações tributárias, depositando seu material não em seu próprio terreno, mas em terrenos próximos.

Por isso, Sr. Presidente, nós votaremos pela manutenção do veto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a orientação da Liderança do Governo à sua bancada é que votemos pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto ao art. 17 do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.  
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/11/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 17.

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 129/09

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): Wilson Lima

☒ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES					
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP					
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC					
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT	X			X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS					
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X			X	
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT					
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X			X	
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB					
	WILSON LIMA – PR	X			X	
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>De Carvalho</u>	ASSP	Nº <u>1</u>
VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto oposto ao art. 17 do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Apreciação do veto ao art. 18 do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Lembrando, Sr. Presidente, que vamos praticamente cumprir uma formalidade, uma vez que, quanto a este veto, veio à Casa lei específica já analisada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o veto.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aposta uma emenda ao REFAZ III que estabelecia que seriam remitidos os débitos relativos à taxa de ocupação de área pública dos exercícios anteriores devidos aos quiosques, *trailers* e similares. Ora, houve um erro de redação, na medida em que não se tratava de taxa de ocupação de área pública, mas de preço público. Neste sentido, o veto é correto porque a emenda, sem o questionamento acerca de seu mérito, estava formatada de forma equivocada. Portanto, não se podia conceder o benefício fazendo referência à taxa de ocupação de área pública, porque o que se buscava era a dispensa do pagamento das dívidas de preços públicos de responsabilidade de *trailers*, quiosques e similares.

O Governador após o veto ao art. 18 corretamente. Houve um projeto, como disse a Deputada Eurides Brito, que chegou a esta Casa com a formatação redacional absolutamente correta, referindo-se à dispensa de pagamento de débitos de preços públicos para *trailers* e quiosques, que já foi inclusive aprovado em primeiro e segundo turnos e redação final por esta Casa.

Portanto, como cabe a nós apreciarmos o veto, mesmo que ele seja absolutamente inócuo, na medida em que o mérito da emenda que foi vetada já foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

resgatado por meio de um projeto específico, o Regimento Interno nos impõe a obrigação de apreciarmos os vetos.

Portanto, nós estamos defendendo a manutenção do veto pelos motivos aqui já percorridos.

Quero dizer ainda que o veto não tem qualquer tipo de prejuízo a quiosques, *trailers* e similares, na medida em que já foi aprovado por esta Casa, com todos os procedimentos do trâmite regimental estabelecido, projeto que resgata o sentido da emenda.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota “sim”; vota pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Governo votará “sim”.

Eu gostaria de informar que sexta-feira, às 10 horas, no Ginásio Nilson Nelson, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionará o projeto de lei que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Portanto, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem compete, fará a deferência ao Distrito Federal, sexta-feira, às 10 horas, no Ginásio Nilson Nelson, ao sancionar esse projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 18

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 129/09

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): Wilson Lima

☒ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC					
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT	X			X	
	CLAUDIO ABRANTES – PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER – PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM	X				
	TOTAL	15			09	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Dr. Charles	ASSP	Nº /
		Fls.º	
VOTOS “SIM”	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS “NÃO”	—	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	09		





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto oposto ao art. 18 do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, a partir de agora, sigamos a ordem normal da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 720, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de carros reservas na quantidade de 10% sobre frota de ônibus de cada cidade do Distrito Federal para troca imediata quando ocorrer qualquer quebra em perímetro urbano e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, argumento do veto. No entender do chefe do Poder Executivo, o projeto em tela invade a área de competência privativa do Governador, visto que, para este, o projeto cria competências para os órgãos envolvidos, quais sejam: fiscalização, planejamento e organização dos serviços de transporte público. Sendo assim, alegando não ter como cancelar a iniciativa parlamentar ante a inconstitucionalidade formal da proposta, enseja a oposição ao veto.

São essas as informações que entendemos indispensáveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de um veto total ao Projeto de Lei nº



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

720, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, e temos orgulho imenso de que ele componha a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores. O referido projeto estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de carros reservas na quantidade de 10% sobre frota de ônibus de cada cidade do Distrito Federal para troca imediata quando ocorrer qualquer quebra em perímetro urbano.

O veto foi apostado pelo Governador sob o argumento de que esta seria uma matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo porque dizia respeito à fiscalização, planejamento e organização de serviços de transportes públicos.

Portanto, o sentido do veto foi o de argumentar que há vício de iniciativa por se tratar de uma matéria de competência exclusiva do Governador. Nós entendemos que as razões apresentadas pelo Governador pecam pela inexistência de procedência, porque não estamos buscando entrar em matérias afeitas à fiscalização e planejamento de transportes públicos. Nós estamos, por meio desse projeto de autoria do Deputado Cabo Patrício, organizando e assegurando os direitos do usuário. Entendemos que o projeto, Deputado Cabo Patrício, transformado em lei por esta Casa, tem o sentido de versar sobre matéria de direito do consumidor. E, sendo matéria de direito do consumidor, cabe a nós, Câmara Legislativa do Distrito Federal, legislar a respeito.

Quando se diz que é preciso disponibilizar nas garagens 10% da frota para que se substituam imediatamente os veículos quebrados, nós não estamos tentando invadir a competência da organização do transporte público; estamos apenas querendo assegurar o direito do usuário, o direito do consumidor, de ter a sua viagem, paga por ele, imediatamente restabelecida. Apenas buscamos assegurar as condições que possibilitem aos usuários de transporte público nesta cidade não se sentirem verdadeiros passageiros da agonia, como se sentem hoje.

Então, Sr. Presidente, esta é uma matéria extremamente relevante, que tem o nosso voto contrário.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminhamos a votação da bancada pela manutenção do veto, exatamente por entendermos – não que, no mérito, não se trate de matéria interessante – que, sim, dispõe exatamente sobre organização e funcionamento da administração pública do Distrito Federal.

Encaminho a votação da bancada pela manutenção do veto. Votaremos, “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03,11 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 720/08

Autor: Deputado(a): Cabo Patrício

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses ☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT		X			
	CLAUDIO ABRANTES – PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER – PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM	X				
	TOTAL	13	03		08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <i>Dr. Charles</i>	ASSP Nº _____ Fls. ° _____
VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	08	



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis, 3 votos contrários e 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 64, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de água potável aos alunos da rede de ensino público do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, em sua mensagem, o Governador em exercício do Distrito Federal alegou que, a despeito de louváveis propostas parlamentares, o Projeto de Lei nº 64, de 2007, contraria os parâmetros constitucionais aplicáveis ao tema objeto da proposta, eis que, ao impor o fornecimento de água potável aos alunos da rede de ensino público e privado do Distrito Federal, a proposta cria atribuições para as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde do Distrito Federal, invadindo matéria cuja iniciativa para legislar é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Sr. Presidente, são essas as informações necessárias para deliberação desse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se de projeto do Deputado Dr. Charles, que assegura o fornecimento de água potável para todos os estudantes, alunos da rede de ensino público do Distrito Federal, inclusive alunos de faculdades do ensino público.

Sr. Presidente, não há conflito de competência a meu ver, até porque se parte do pressuposto de que é direito fundamental fornecer água potável aos estudantes da rede pública. O que busca estabelecer o Deputado Dr. Charles é sanções. O projeto estabelece sanções administrativas para aqueles gestores que não atenderem o direito assegurado aos alunos em legislações, as mais variadas possíveis, de acesso à água potável.

Portanto, o Deputado Dr. Charles assegura o direito – o que não é novo, porque já está assegurado que os alunos tenham acesso a água potável, embora, muitas vezes, esse direito não seja atendido. Já houve vários casos, por exemplo em





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Vendinha, numa escola do Distrito Federal, na região de Brazlândia, onde os alunos eram acometidos das mais variadas patologias porque estavam utilizando água absolutamente inadequada. Portanto, foi necessário um laudo da vigilância sanitária e um laudo da CAESB para que se atestasse que os alunos ou consumiam aquela água ou ficariam atormentados pela sede. Via de regra, eles levavam água das suas próprias casas, mas, como se trata de uma zona rural, eles acabavam por consumir a água antes de chegarem à própria escola e ficavam atormentados pela sede, pela ilegalidade do Governo do Distrito Federal, na medida em que é dever do Estado fornecer água potável para as nossas crianças, os nossos adolescentes, enfim, os alunos da rede pública.

O Deputado Dr. Charles repete isto, da obrigatoriedade, e estabelece sanções, que é prerrogativa parlamentar. É prerrogativa desta Casa estabelecer sanções ou multas para os gestores que não cumpram com um preceito que é reforçado pela lei do Deputado Dr. Charles. Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores entende e elogia o Deputado Dr. Charles e vota pela rejeição do veto. Nós votamos “não”.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ninguém pode imaginar que uma escola funcione sem água potável – nenhuma escola, nenhuma residência, nenhum hospital – e que nenhum indivíduo passe por essa situação, a não ser quando perdido em florestas, em situações de guerra, nas quais ele seja obrigado a tomar água não potável. O projeto de lei do Deputado Dr. Charles não cria nem gera despesas. Entendo que a rede escolar, toda ela está abrigada por água potável. Então, é mais um reforço para assegurar que amanhã, se a água não for potável, a população possa realmente gritar por isso. Todos poderão votar pela água potável para os estudantes. Encaminhamos pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Minha Líder, essa questão realmente de que a água potável foi considerada... Inclusive a água da CAESB, foi um grande equívoco desse voto, e o Governo reconhece isso. Então, é só para lembrar que realmente é só nessas escolas mais distantes, onde essas crianças estão cheias de colibacilos porque não tomam água sequer da CAESB. Realmente, é isso que todos vocês entenderam.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 64/07

Autor: Deputado(a): Dr. Charles

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses ☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES- DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		16		08	

ASSP

SECRETÁRIO DEP.

Dr. Charles

ASSP  
Nº 1  
Fls.º

VOTOS "SIM"	—	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Está rejeitado o veto.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 4:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.798, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares”.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em suas razões de veto, o chefe do Poder Executivo, afirma a proposição, extrapola os limites da competência suplementar distrital sobre o assunto, ao tratar de matéria de interesse nacional.

Ao entender do seu alcance os produtos importados ou produzidos em outras unidades da Federação, o projeto ainda estaria invadindo competência privativa da União para legislar sobre comércio interestadual e internacional.

Aquela autoridade conclui afirmando que a proposta, se transformada em lei, afetaria os preços dos produtos mencionados, afetando negativamente a economia daquele setor específico.

O Governo solicita a manutenção do veto pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Com as informações aqui prestadas, acreditamos que esta Casa estará em condições de deliberar sobre o veto aposto.

É o relatório, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto de lei que foi vetado diz respeito à obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares.

Em princípio, sem avaliar o mérito, esse projeto já deveria ter sido declarado prejudicado, porque, no ano de 2000, houve um projeto semelhante que foi vetado. E o veto foi mantido pelo Poder Legislativo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

O Regimento Interno, em seu art. 75, diz: "(...) a prejudicialidade de projeto semelhante a outro considerado inconstitucional pelo Plenário." Portanto, deveria ser considerando prejudicado.

Adentrando o mérito, eu diria que o Centro de Tecnologia de Embalagens e Estudo de Tecnologia de Alimentos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo realizou, em 2003, uma ampla pesquisa sobre a possibilidade da transmissão de doenças por meio desses recipientes e chegou à conclusão de que esse risco não existe. Não existe. E não existe nem registro no País ou no exterior de qualquer tipo de doença que tenha sido transmitida por meio de contato humano com essas embalagens, com as latinhas.

A ANVISA, em parecer técnico, diz que não existe estudo científico que comprove a ocorrência de doenças transmitidas por meio de embalagens de refrigerantes ou cervejas. Isso gera adoção de impressão de dizeres. Ao invés da obrigatoriedade do selo, sugeri que as pessoas lavem as latinhas antes de consumir o produto que está dentro delas.

Ora, na avaliação técnica do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, diz-se que os selos de metais não protegem a lata, que podem sofrer danos durante o armazenamento e transporte e que ali, sim, podem-se abrigar vírus. Se os vírus adentram o selo, ele funciona, com o recipiente absolutamente fechado, para a proliferação desses vírus.

Portanto, Sr. Presidente, todos os estudos que colhemos, nenhum deles atesta que há eliminação de transmissão de doenças. Por isso, votaremos pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além do que já foi dito, é bom ressaltar que a matéria também penetra em outros Estados da Federação. Nós legislaríamos aqui, mas também em outros Estados da Federação e até sobre questões internacionais. Foi dito aqui que não há comprovação científica de que isso pudesse sanar os problemas da falta de higiene.

Nosso encaminhamento é pela manutenção do veto. O voto é "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1798/05

Autor: Deputado(a): Brunelli

Relator: Deputado(a): D. Charles

☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC					
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X			X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB				X	
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	15			09	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. D. Charles

ASSP

Nº /  
Fls. °

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		





Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 5:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 194, de 2007, de autoria do Deputado Reguffe, que “institui a obrigatoriedade da instalação de estacionamento de bicicletas em locais de grande fluxo de público”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

ITEM 5  
DA PAUTA  
DE 3/11/09



RELATÓRIO Nº /2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 194/2007, que “Institui a obrigatoriedade da instalação de estacionamento de bicicletas em locais de grande fluxo de público”.

RELATOR: Deputado ~~RONEY NEMER~~ ROGERIO VLYSSES

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei nº 194/2007.

De autoria do Deputado Reguffe, o Projeto de Lei nº 194/2007 institui a obrigatoriedade de instalação de bicicletas em locais de grande fluxo de público, como órgãos públicos distritais, parques, supermercados, agências bancárias, entre outros, com o mínimo de dez vagas.

A proposta determina que o licenciamento para construção dos estabelecimentos especificados só será concedida quando o projeto de construção contemplar a área destinada a esses estacionamentos.

Para justificar a iniciativa, o nobre autor se refere à precariedade do sistema de transporte coletivo no Distrito Federal, devendo, portanto, haver incentivo ao uso de bicicletas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL. n.º 194 / 2007  
Fls. n.º 20



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 194 / 2007  
1.º n.º 21

As Comissões de Assuntos Fundiários e de Constituição e Justiça apresentaram pareceres favoráveis à proposição. Apreciado pelo Plenário da Casa, o projeto foi aprovado em sua forma original.

Encaminhado à sanção do Governador do Distrito Federal, o projeto retorna a esta Casa para apreciação do veto total oposto.

Em suas razões de veto, o Chefe do Poder Executivo alega que a proposição, ao tratar de direito de propriedade, apresenta vício insuperável, por invadir competência legislativa da União Federal, expressa no art. 22, inciso I, do texto constitucional.

O Governador solicita a manutenção do veto pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para que esta Casa delibere sobre o veto em questão.

Sala das Comissões,

**Deputado ROGÉRIO ULYSSES**  
Presidente

**Deputado RÔNEY NEMER**  
Relator

REATOR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto de minha autoria exige a instalação de estacionamento de bicicletas em locais de grande movimentação de público, seja local público ou privado. Portanto, seria perto de bancos, de *shopping centers*, de supermercados. O projeto exige a existência de bicicletários. Isso é o mínimo que o Estado pode fazer para incentivar o uso da bicicleta. Aliás, nas camadas sociais mais carentes da população, a bicicleta é o meio de transporte muito usado. É um projeto que não causa custo. Um bicicletário tem custo baratíssimo. Assim, incentivamos o uso da bicicleta, destinando 10 vagas de estacionamento para bicicletas.

Portanto, não vejo motivos para esse veto oposto pelo Governador. Penso que vai na contramão de uma política pública moderna de transporte, que é o incentivo ao uso da bicicleta, principalmente em pequenas localidades, em pequenas distâncias. Penso que isso é o mínimo. Em qualquer cidade do mundo moderno que se vai, qualquer lugar tem um bicicletário. Não vejo o porquê desse veto oposto pelo Sr. Governador ao meu projeto.

Peço que se vote pela derrubada do veto, não por mim, mas pela população do Distrito Federal. Uma cidade moderna e que quer ser uma cidade moderna tem de incentivar o uso da bicicleta. Colocar bicicletários é o mínimo. Do mesmo jeito defendi que o Governo invista em ciclovias, o que é diferente dessas ciclofaixas que estão sendo feitas. Na minha opinião, as ciclovias melhorariam a qualidade de vida dos lugares, incentivariam o uso de bicicletas, dariam uma oportunidade a mais de lazer à população; penso que o bicicletário também colabora com isso, Sr. Presidente. Não é nada menos nada mais do que 10 vagas de bicicletas em locais de grande fluxo de público. Ora, isso é o mínimo.

Então, peço que se vote pela derrubada do veto oposto pelo Sr. Governador a esse projeto de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o Deputado Reguffe, porque há que se estimular de toda a sorte a utilização da bicicleta, que é considerada, do ponto de vista do trânsito, um veículo que não polui. Brasília, por sua condição geográfica, facilita o uso da bicicleta. Em todos os países do mundo a bicicleta tem sido extremamente utilizada.

Quando o Governador diz que veta porque não pode estabelecer uma nova obrigação para o proprietário do imóvel, eu diria que, desde 1988, com a Constituição Cidadã, se considera o caráter social das propriedades. Ou seja, a lógica não pode ser patrimonialista; a lógica tem de ser social. Portanto, o direito à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

propriedade não pode ser um direito incólume, que não concilie o direito social, o direito da população e o direito de assegurarmos, já na quarta geração dos direitos humanos, um meio ambiente saudável.

Eu diria, portanto, que é preciso conciliar o caráter de uma propriedade de um imóvel, que não é absoluto, ele tem de ter uma finalidade social. Quando o projeto estabelece que em locais de grande fluxo de pessoas, de grande movimentação, nós tenhamos assegurado o direito de termos estacionamentos para bicicletas, está se dizendo, em verdade, que o argumento de não se ter onde deixar a bicicleta e de haver o risco de perdê-la – o que muitas vezes impede que as pessoas a utilizem cotidianamente – fica sanado com o projeto do Deputado Reguffe, que é o projeto que assegura estacionamento para bicicletas em locais de grande fluxo. Obviamente, cabe a um governante não se curvar ao direito absoluto da propriedade, esquecido o sentido social de qualquer propriedade, mas tentar conciliar esses interesses.

Por isso, Sr. Presidente, vamos votar pela derrubada do veto, ao mesmo tempo em que parabenizo o Deputado Reguffe pela iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de parabenizar o Deputado Reguffe pelo projeto, que é excelente por vários aspectos: primeiramente, pela questão do meio ambiente. Acredito que essa é uma das formas pela qual podemos ajudar o nosso meio ambiente, podemos ajudar no trânsito de Brasília e podemos ajudar também na questão da Copa do Mundo. As cidades mais modernas do mundo já têm o sistema de bicicletário em todos os seus pontos turísticos. Portanto, venho me unir a esse grupo e parabenizá-lo por esse projeto.

Votarei também pela derrubada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em todas as cidades do mundo, pequenas, grandes, principalmente nos países desenvolvidos onde até a população tem carro, deixa-se o carro na garagem e usa-se a bicicleta.

No caso brasileiro nós temos que trabalhar em duas linhas, que devem ser concomitantes: a existência do bicicletário; e o trabalho educativo para que não roubem e não estraguem as bicicletas. Essa é uma das razões pela qual, muitas vezes, prefeituras, outros órgãos, deixam de fazer. Mas nós não podemos, por um projeto meritório, tentar impedir que isso aconteça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Já há na UnB uma experiência muito interessante: o bicicletário no *campus*. Há bicicletas da Universidade e o aluno pode utilizá-la no *campus* e deixá-la em outro posto, como acontece nas universidades nos Estados Unidos e em outros países. Isso significa civilização.

Então, queremos que Brasília também possa dar essa oportunidade. Assim como ela foi a primeira capital no Brasil a ter uma lei sobre cinto de segurança, que ela possa também ter o bicicletário, como se faz estacionamento, como a ciclovía já aqui citada e tudo mais.

Como Líder de Governo, eu vou liberar a bancada para votar como quiser. Eu vou votar a favor da criação do bicicletário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho duas perguntinhas básicas. Quem vai pagar para colocar o bicicletário? O Poder Público? O dono.

O Deputado Reguffe está gerando despesa para os empresários. Como é que pode? Já há uma carga tributária enorme e o Deputado Reguffe vem aqui... S.Exa. é radicalmente contra gerar despesa para o contribuinte, aquele negócio todo, mas está a favor de que o cidadão gaste dinheiro.

Pois bem. Poderia agregar isso – nós estamos na época de peão do boiadeiro, voltar uma lei antiga – e colocar ao lado do bicicletário, também, um estacionamento próprio para os carroceiros que estão tomando conta das vias e tal. Brincadeira à parte! V.Exa. é radical em tudo e eu só quero dizer a V.Exa. – como foi radicalmente contra os chacareiros do Distrito Federal, que eu lhe pedi tanto – que sou favorável a seu projeto e o parabênz pelo bicicletário. Dou os parabéns e vou votar com a minha Líder, Deputada Eurides Brito.

Mas gostaria só de lembrar ao Deputado Reguffe que V.Exa. está gerando despesa para os consumidores. Vou votar com S.Exa., mas saibam que quem está fazendo vocês pagarem é o Deputado José Antônio Reguffe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Desculpe-me, Deputado Reguffe, por não ter mencionado o seu nome, *made in* Câmara Legislativa. Também é Deputado, próximo candidato ao Governo ou a Deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também parabenizar o Deputado Reguffe. Eu fiz um projeto de lei do sistema ciclovitário no DF, também aprovado por esta Casa, e há pouco tempo sancionado pelo Governador Arruda.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Acho que todas as atitudes que nós pudermos criar para efetivamente diminuir o número de veículos no Distrito Federal, por menor que sejam, por menor que seja o alcance do projeto de lei, o importante é que são várias medidas que efetivamente vão desafogar o trânsito.

Fiz também outro projeto de lei sobre a bicicleta nos vagões do metrô, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu, que foi tão polêmico. Mas se no metrô houver o bicicletário, a pessoa pode ir, deixar a bicicleta para trabalhar, depois pegá-la na volta e ir para casa. Acho que são todos projetos complementares.

Eu gostaria de dizer que também vou votar pela derrubada do veto por entender que é um benefício muito grande para a população. Sei que Brasília é uma cidade feita para carro – eu mesmo ando de bicicleta, mas no Parque da Cidade, com meu moleque, como lazer –, mas sei que várias pessoas, principalmente na área rural, Deputado Reguffe, utilizam a bicicleta como meio de transporte.

Eu queria também defender a ciclofaixa, que a imprensa tem falado tão mal, mas os ciclistas não estão tão insatisfeitos assim. Realmente o ideal é que fosse ciclovia, mas enquanto não tem ciclovia a ciclofaixa dá uma segurança muito grande. Por exemplo: outro dia eu estava andando com o meu filho no Lago Sul e senti uma segurança e uma tranquilidade muito grande enquanto andava na ciclofaixa. É preciso ter atenção. Agora, o ideal é a ciclovia mesmo, mas onde não há a ciclofaixa ajuda. Temos que lembrar a importância da educação entre o ciclista, o motorista e os condutores de todos os tipos de veículos. Eu sei que o Deputado Rogério Ulysses tem defendido muito a questão das ciclovias e dos ciclistas.

Então, Deputado Reguffe, eu gostaria de dizer que parablenizo V.Exa. e pode contar com o meu voto para a derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas me somar, pois este projeto do Deputado Reguffe já foi amplamente debatido. Eu quero somente somar a minha intenção de voto pela derrubada do veto, parabenizando o Deputado Reguffe por esta iniciativa. Já foram citados vários motivos e fatores que favorecem o projeto do Deputado Reguffe.

A bicicleta, hoje, é um meio de transporte limpo, mas tem que se dar segurança e comodidade para aqueles que a utilizam. Portanto, Deputado Reguffe, pode contar com o nosso voto. Serei breve porque entendo que os nossos Colegas já externaram de uma maneira muito consistente todos os estímulos e as motivações para derrubarmos o veto.

De forma que eu quero apenas parabenizar o Deputado Reguffe e também manifestar o meu voto pela derrubada do veto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me somo a todos os outros Parlamentares que falaram para parabenizar o Deputado Reguffe, não só na questão do trânsito, que é de suma importância, porque se diminui o número de carros nesse amontoado de carros que temos hoje, mas também porque se está fazendo saúde, está se fortalecendo a musculatura, levando oxigênio para o cérebro, fazendo as pessoas pensarem mais.

Deputado Reguffe, parabéns pelo seu projeto porque ele vem realmente a calhar nestes dias de hoje. Então, quero também dizer que votarei pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o Deputado Reguffe pelo projeto. Gostaria de dizer que votarei pela derrubada do veto por entender que realmente é um projeto moderno e que atende aos reclames da população.

Deputado Reguffe, apenas para finalizar, eu gostaria de dizer que não se incomode quando o Deputado Geraldo Naves o acusou de ser flamenguista, porque ele é cruzeirense, então, ele está com graves problemas depois que o Fluminense fez aquela vitória épica.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de justificar a minha ausência desta sessão, pois tenho uma reunião com o Ministro Tofolli.

Vários Deputados da Câmara dos Deputados ligados à questão dos direitos humanos estariam presentes, mas por problema de agenda e de viagem eles não poderão estar presentes. Então, eu representarei esta Casa nessa discussão. Vamos discutir os encaminhamentos do caso Cesare Battisti.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, eu vi que V.Exa. teve a decência de conferir o *quorum* para ver se a ausência de V.Exa. não prejudicaria a votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, exatamente. Nós temos o maior interesse em prosseguir com a votação, mas o caso Cesare Battisti é um caso de soberania nacional. O Brasil, o Executivo concedeu o refúgio e está sendo questionado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Então, gostaria apenas de justificar a minha ausência em função desta ida à reunião com o Ministro Tofolli para discutir o caso Cesare Battisti. Na verdade, a palavra não é discutir e sim expor a nossa opinião.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, adianto que dará tempo de apreciarmos os vetos hoje. Hoje é o nosso 13 de maio. Amanhã, a Mesa poderá ser responsável pela organização da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 194/07

Autor: Deputado(a): Reguffe

Relator: Deputado(a): Roney Nemer

☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB				X	
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES- DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RONEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL		14		10	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. D. Charles

ASSP  
Nº 1  
Fls. °

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	14	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos contrários. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com a Mensagem nº 181, de 2009, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto total ao Projeto de Lei nº 604, de 2007, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica”.

O chefe do Poder Executivo comunica que vetou com fulcro nos arts. 26, 53, 71, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal; assim como nos arts. 2º, 21, inciso XII, alínea b; 22, inciso IV; 37, incisos XXI e CLXXV; *caput*, parágrafo único, inciso III da Constituição Federal, pugnado pela manutenção do veto total por esta egrégia Casa.

Esses são os motivos do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder de Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este projeto, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, foi vetado pelo Governo por vício de iniciativa. Mas o Governo entrou em entendimento com o Deputado Raimundo Ribeiro e encaminhará a esta Casa outro projeto, para não sofrer a restrição do vício de iniciativa, absorvendo as ideias do Deputado Raimundo Ribeiro.

Portanto, o meu encaminhamento é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)





Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a manifestação da nossa Líder do Governo e os compromissos assumidos pelo Governo, em nobre instante entender que não existia vício, mas acredito que o que nos interessa não é a paternidade do projeto, mas, sim, que ele se transforme em lei.

Então, dentro dessa premissa, somos favoráveis ao veto, aguardando que o Governo encaminhe, de imediato, o projeto sanando o suposto vício de iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	57



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 604/07

Autor: Deputado(a): Ramundo Ribeiro

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR				X	
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT				X	
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	13			11	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. De Charles	ASSP	Nº 1
		Fls.º	
VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 832, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que “destina às mulheres chefes de família que atendam os requisitos que especifica vinte por cento das unidades de programas de interesse social”.

Solicito ao Deputado Dr. Charles que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
RL n.º 832/2008  
Fls. n.º 26 M. 11.971

RELATÓRIO N.º , DE 2009

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE  
LEI Nº 832/2008, que “Destina às mulheres  
chefes de família que atendam aos requisitos  
que especifica vinte por cento das unidades  
habitacionais de programas de interesse  
social”.**

*ROBERTO ULYSSES*  
RELATOR: DEPUTADO ~~DR. CHARLES~~

Com a Mensagem nº 182-GAG, de 21 de julho de 2009, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que, nos termos do disposto no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetou o projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas

De acordo com o artigo 1º do projeto, todos os programas habitacionais de interesse social implantados no Distrito Federal deverão destinar, no mínimo, vinte por cento de suas unidades habitacionais para mulheres chefes de família que preencham os demais requisitos dos programas habitacionais.

Conforme o parágrafo 1º desse artigo, consideram-se chefes de família, para os efeitos da Lei, as mulheres que, sozinhas, sejam responsáveis pela guarda, sustento e educação dos seus filhos e filhas de até quatorze anos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 832/2008  
Fl. n.º 27 de 11.07.1

2

idade. Essa condição, consoante o parágrafo 2º, será comprovada perante os órgãos competentes do Poder Executivo, constantes da regulamentação da Lei.

O art. 2º estipula o prazo de noventa dias, contados a partir da sua publicação, para a regulamentação da Lei pelo Poder Executivo.

As Comissões de Assuntos Fundiários – CAF e de Constituição e Justiça – CCJ aprovaram a proposição sem emendas. Já a Comissão de Assuntos Sociais – CAS aprovou o projeto com uma emenda aditiva apresentada pelo Deputado Benício Tavares. Durante a votação em 1º turno, em Plenário, o autor da proposição solicitou destaque da emenda aditiva aprovada no âmbito da CAS. Ao se pronunciar sobre a referida emenda, o Plenário deliberou pela sua rejeição. Assim, a proposição foi aprovada sem emendas pelo Plenário, em primeiro e segundo turnos, após o que foi encaminhada ao Governador, para os fins do art. 74, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao cuidar da matéria, o Chefe do Executivo vetou integralmente o projeto por ele ser, conforme suas próprias palavras, ***“contrário aos parâmetros, de índole constitucional, aplicáveis ao tema objeto da proposta”***.

Pondera o Governador que a proposta fere o princípio da isonomia por estabelecer injustificado privilégio, ao destinar percentual de unidades em programas de habitação implantados no Distrito Federal a mulheres qualificadas como chefes de família, sem comprovação da efetiva necessidade.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 832 / 2008  
Fls. n.º 28 M-11.971


3

Continuando suas alegações, Sua Excelência enfatiza que *“Desta forma, não há como cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade formal da proposta, ensejando, assim, a oposição de VETO TOTAL ao aludido projeto”*.

Por fim, Sua Excelência afirma que vetou o Projeto de Lei 832/2008 com fulcro no art. 329, inciso I, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, pugnando pela manutenção do veto por essa egrégia Casa.

São estas as considerações que julgamos relevantes e imprescindíveis à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em

  
DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES  
PRESIDENTE ~~RELATOR~~

  
DEPUTADO DR. CHARLES  
~~RELATOR~~



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a orientação é para que votemos pela manutenção do veto, uma vez que, na verdade, fere-se o princípio constitucional da isonomia. Hoje, cada vez mais, há na sociedade mulheres e homens responsáveis pela família, e muitas vezes as mulheres... Enfim, está-se dando um privilégio que a Constituição Federal não dá e que nós, como mulheres, não estamos requerendo. Nós não queremos discriminação, mas também não queremos privilégio. Fere o princípio constitucional da isonomia e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Então, pela manutenção do veto, votaremos “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	63



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03 / 11 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 832/08

Autor: Deputado(a): Batista das Cooperativas

☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP		SECRETÁRIO DEP. <i>Dr. Charles</i>		ASSP Nº _____ / _____ Fls. ° _____	
VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>		
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>		
ABSTENÇÃO	-				
AUSÊNCIAS	08				



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 201 - Suplemento, de 06/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 99ª Sessão Ordinária.)

Item nº 8:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 974, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da Rede Pública de Ensino”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL n.º 974 / 2008  
Fls. n.º 19 M. 11-921

RELATÓRIO Nº /2008

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 974/2008, que “Dispõe sobre a instituição do diário escolar eletrônico para os professores da rede pública de ensino”.

*ROGERIO V. L. S. S.*  
**RELATOR: Deputado RONEY NEMER**

Por meio da Mensagem nº 192/2009-GAG, o Governador comunica a esta Casa que, com base no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, opôs veto total ao Projeto de Lei nº 974/2008.

De iniciativa do Deputado Paulo Tadeu, o Projeto de Lei nº 974/2008 determina ao Poder Público a instituição de diário escolar eletrônico, para lançamento de frequência, notas, conteúdos e outras informações relativas aos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

A proposição ainda estabelece que a instituição do diário não pode gerar retrabalho para o professor, que o Sindicato dos Professores será ouvido em todas as fases de desenvolvimento do aplicativo necessário, e que todos os estabelecimentos públicos de ensino devem contar com microcomputadores à disposição do professor.

Em sua justificativa, o parlamentar afirma que a norma proposta “pretende levar os recursos tecnológicos da informática para dentro da sala de aula, como forma de diminuir os trabalhos burocráticos do professor.”





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
RL n.º 974/2008  
Fls. n.º 20-M-11-971

As Comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça concluíram pela aprovação do projeto. Também no Plenário desta Casa, a proposição mereceu aprovação em seus dois turnos regimentais de votação.

Encaminhado à sanção do Governador do Distrito Federal, o projeto retorna a esta Casa para apreciação do veto total oposto.

Para justificar o veto, aquela autoridade alega inconstitucionalidade formal da proposta, esclarecendo: “... ao impor a instituição do diário escolar eletrônico, a proposta cria atribuição para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, tratando de tema cuja iniciativa para legislar é exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Viola, pois, o disposto nos artigos 53, 71, § 1º, incisos IV e V, e 100, incisos VI e X, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.”

O Governador solicita a manutenção do veto pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para que esta Casa delibere sobre o veto em questão.

Sala das Comissões,

  
Deputado ROGÉRIO ULYSSES  
Presidente  
RELATOR

  
Deputado RÔNEY NEMER  
Relator



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos encaminhando pela manutenção do veto por motivos de vício de iniciativa. Evidentemente, nas escolas, queremos não só os diários, queremos os quadros eletrônicos, os laboratórios cada vez mais ricos e modernos de computadores e tudo o mais, mas este é um vício muito claro de iniciativa, razão pela qual manteremos o veto. Portanto, o voto é sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	68



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 974/08

Autor: Deputado(a): Paulo Tadeu

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Rômulo Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES – PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES – DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER – PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM	X				
	TOTAL	15	01		08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Di Charles	ASSP Nº 1 Fls.º
VOTOS “SIM”	15	VETO MANTIDO X
VOTOS “NÃO”	01	VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	08	



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 9:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.152, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “altera a Lei nº 4.011/2007, que ‘dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências’ para incluir a cobrança de tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) para o uso dos serviços de transporte”.

Concedo a palavra Deputado Dr. Charles para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL nº 1152 / 2009  
Fls. nº 36

RELATÓRIO /2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 1.152/2009, que *“Altera a Lei nº 4.011/2007 que ‘dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências’ para incluir a cobrança de tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) para o uso dos serviços de transporte.”*

Relator: Deputado DR. CHARLES

Em consonância com os termos do § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Câmara Legislativa os motivos do veto total oposto ao Projeto de Lei epigrafado, pela Mensagem nº 193/2009 - GAG, de 29 de julho.

A referida proposição, de autoria do deputado Cabo Patrício, altera o Artigo 16 da Lei nº 4.011/07, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências.

A alteração pretendida acrescenta três parágrafos ao Artigo 16. O primeiro determina que “o gerenciamento da demanda entre os períodos distintos aos horários de pico, estabelecido no inciso VI, se dará pela cobrança de preço menor, no mínimo quinze por cento, do valor da tarifa cobrada pelo serviço de transporte público coletivo, nos horários compreendidos após às 22 (vinte e duas horas) até às 7 (sete) horas; o segundo parágrafo dispõe que “a tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão) será instituída progressivamente em todas as modalidades de operadores do





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1152 / 2009  
Fls. nº 37

2

STPC e deve ser iniciada pelos serviços e nos horários de funcionamento da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF)”; por fim, o terceiro parágrafo acrescentado ao Artigo 16 reza que “a regulamentação do disposto neste artigo se fará por meio de atos próprios do Poder Executivo, conforme artigo 67 da Lei n° 4.011/2007.”

Ao tramitar nesta Casa de Leis, a proposição em comento recebeu parecer favorável nas Comissões de Economia, Orçamento e Finanças, Constituição e Justiça. Foi, posteriormente, aprovada em Plenário nos dois turnos de votação, em sessão ordinária.

O governador do Distrito Federal vetou o referido Projeto de Lei amparado no § 1º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em sua Mensagem, o Governador ainda argumentou que “o § 2º do art. 71 da LODF expressamente prevê a impossibilidade de concessão de gratuidade em serviço público prestado de forma indireta, sem a correspondente indicação da fonte de custeio. Não foram especificadas as receitas para custear a instituição da tarifa diferenciada por horário (tarifa-corujão).”

Alegou mais o governador, que “é pacífico o entendimento no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que ‘o princípio da harmonia entres os Poderes impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo.” E lembra que o veto total oposto ao projeto de lei epigrafoado está amparado nos artigos 26, 53 e 71, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal, além dos artigos 2º, 37, inciso XXI e 175, caput e parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal.

Diante de tais argumentos, o Chefe do Poder Executivo local pugnou pela manutenção do veto.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1152 / 2009  
Fls. nº 38

**Deputado**

**Presidente**

**Deputado DR. CHARLES**

**Relator**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a orientação da bancada é pelo voto “sim”, pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	73



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 03/11/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.152/03

Autor: Deputado(a): Cabo Patrício

Relator: Deputado(a): Dr. Charles

☐ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR					
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	14	02		08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Dr. Charles	ASSP Nº 1 Fls. °
VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	08	



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 10:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.299, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	75



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
RL n.º 1299/2009  
Fls. n.º 38 M. 11-921

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1299/09, que *abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 185/2009-GAG (fls. 60/61), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1299, de 2009, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de projeto de lei que pretendeu abrir crédito especial à Lei Orçamentária Anual, no valor global de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com a distribuição do montante consoante o anexo que o acompanhou.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu duas emendas em plenário, com parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 27). Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 38.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao conteúdo acrescido pela emenda nº 01, de autoria de vários deputados.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2

RL n.º 1299/2009  
Fla. n.º 79 n.º 11-071

Quanto à emenda vetada (nos autos a fls. 18/19), S. Exa. assim se manifestou:

“O Projeto de Lei recebeu a Emenda Aditiva n.º 01/09 (Autoria: Vários Deputados), cuja fonte de financiamento refere-se à anulação de dotação à conta do programa de trabalho: 28.846.0001.9050.7019 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições da Fundação Câmara Legislativa, fonte 100, natureza de despesa 31.90.96, no montante de R\$ 228.125,00 (duzentos e vinte e oito mil cento e vinte e cinco reais), da UO 01202 – Fundação Câmara Legislativa para suplementação na mesma UO. A anulação de dotação de pessoal contraria o estabelecido na alínea a, inciso II, §5º do art. 150 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a seguir:

‘Art. 150. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão encaminhados à Câmara Legislativa, que os apreciará na forma do seu regimento interno.

(...)

§5º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem serão admitidas desde que:

(...)

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos.”

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

**Deputado ROGÉRIO ULYSSES**

**Presidente**

**DEPUTADO CHICO LEITE**

**Relator**



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vamos votar pela manutenção do veto porque a emenda feita aqui na Casa contrariou a Lei Orçamentária do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	78



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03, 11 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): *Artigo II (Remanejamento, Indemnização e Restituição - FURCA) Anexo IV (Concessão de Benefícios e Serviços FURCA)*

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1.295/09

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): *D. Charles*

☒ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES – PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES – PPS	X			X	
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER – PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM	X				
	TOTAL	16			08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <i>D. Charles</i>	ASSP Nº 1 Fls. °
VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-	
AUSÊNCIAS	08	



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 11:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, poderíamos pular esse veto para que eu possa avaliá-lo, vê-lo com a Líder do Governo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, o Deputado Cristiano Araújo está pedindo para...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Faço o pedido à Mesa, já perguntando também à Líder do Governo. Como fui um dos relatores desse projeto e estive muito próximo da categoria, eu gostaria de pedir para a minha assessoria dar uma olhada nesse veto. Peço que haja compreensão nesse assunto.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passemos, então, ao próximo item.

Item nº 12:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	80



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1114/09, que *cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências.*

Relator: ~~Deputado Chico Leite~~

Rogério Olysses

Pela Mensagem nº 212/2009-GAG (fls. 44/45), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 1114, de 2009, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de projeto de lei que pretendeu criar unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na forma dos anexos que o acompanharam.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu duas emendas em plenário, com pareceres favoráveis da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 15 e 24), da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 17 e 26) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 20 e 28). Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 33 a 35.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 1114/09  
Fls. n.º 53 M. 11.021

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** relativamente ao artigo 3º, incluído pela emenda n.º 1 de primeiro turno (fls. 11).

Quanto ao dispositivo vetado, S. Exa. assim se manifestou:

“A Emenda de Plenário n.º 01 (Aditiva) incorre no inconveniente de estabelecer exclusividade no provimento de tais cargos aos servidores das carreiras de Planejamento e Orçamento e de Finanças e Controle em detrimento do acesso de servidores capacitados e qualificados de outras carreiras do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, especialmente da Carreira Técnica Fazendária, de que trata a Lei n.º 3.626/2005, de 18/07/2005”.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

  
**Deputado ROGÉRIO ULYSSES**

~~Presidente~~ RELATOR

  
**DEPUTADO CHICO LEITE**

Relator



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vamos votar pela manutenção do veto, uma vez que a legislação vigente, tanto local quanto federal, mantém aquela proporcionalidade de cargos comissionados para os servidores efetivos e para aqueles que não têm vínculo com o governo. Então, votaremos pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	83



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03, 11/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 3º

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1114/09

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	<input checked="" type="checkbox"/>				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				<input checked="" type="checkbox"/>	
	BENEDITO DOMINGUES – PP	<input checked="" type="checkbox"/>				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	BISPO RENATO – PR				<input checked="" type="checkbox"/>	
	BRUNELLI – PSC				<input checked="" type="checkbox"/>	
	CABO PATRÍCIO – PT				<input checked="" type="checkbox"/>	
	CHICO LEITE – PT				<input checked="" type="checkbox"/>	
	CLAUDIO ABRANTES – PPS	<input checked="" type="checkbox"/>				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	DOUTOR CHARLES – PTB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	ÉRIKA KOKAY – PT				<input checked="" type="checkbox"/>	
	EURIDES BRITO – PMDB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	GERALDO NAVES- DEM	<input checked="" type="checkbox"/>				
	JAQUELINE RORIZ – PMN	<input checked="" type="checkbox"/>				
	MILTON BARBOSA – PSDB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	PAULO TADEU – PT				<input checked="" type="checkbox"/>	
	RAAD MASSOUH – DEM				<input checked="" type="checkbox"/>	
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL	<input checked="" type="checkbox"/>				
	REGUFFE – PDT	<input checked="" type="checkbox"/>				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	RÔNEY NEMER – PMDB	<input checked="" type="checkbox"/>				
	WILSON LIMA – PR	<input checked="" type="checkbox"/>				
	LEONARDO PRUDENTE – DEM	<input checked="" type="checkbox"/>				
	TOTAL	16			08	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. De Charles	ASSP Nº / Fls. °
VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	–	
AUSÊNCIAS	08	



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero lembrar que, logo em seguida à apreciação do Item nº 13, iremos ao Item nº 11, que o Deputado Cristiano Araújo pediu para ser o último item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 13:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.234, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010”.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários vetos foram apresentados pelo Governador do Distrito Federal. Dessa maneira, passo a elencá-los, assim como suas justificativas. Foi vetado o art. 1º, § 2º; o art. 2º, § 2º; o art. 5º, § 2º; o art. 7º, § 3º; o art. 9º, inciso XIX; o art. 21, parágrafo único; o art. 22, § 4º, § 5º e § 6º; o art. 28; o art. 29, parágrafo único; o art. 48, § 1º, I e II; o art. 54, § 4º; o art. 55, § 3º e § 4º; o art. 59; art. 60; art. 62; art. 83; art. 88; e as metas e prioridades vetadas em razão de terem sido apresentadas em duplicidade, que é o programa 0214, ação 3307, subtítulo 8468; o programa 0250, ação 1827, subtítulo 3716; o programa 2420, ação 1196, subtítulo 7279; e o programa 2600, ação 1569, subtítulo 001.

São essas as informações que achamos pertinentes serem analisadas nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

São vetos parciais que envolvem muitos artigos. Pergunto aos Deputados se há acordo para votarmos em bloco os vetos opostos ao Projeto de Lei nº 1.234, de 2009.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – V.Exa. está falando sobre qual item da pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Item nº 13 da pauta.

DEPUTADA EURIDES BRITO – O Item nº 13 da pauta, que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós o deixaremos para amanhã. Como implica vários incisos e parágrafos, vou mandar distribuir as informações detalhadas a respeito dele para os colegas.

O Presidente Deputado Leonardo Prudente está dando uma boa sugestão, como sempre são as sugestões do Presidente: que os Líderes se reúnam – quando dizemos Líderes, significa todos os colegas que quiserem discutir – amanhã, às 14h30min.

Ficam para amanhã os Itens nºs 11 e 13 da pauta de hoje, com reunião às 14h30min.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu queria pedir a compreensão dos colegas para votarmos o segundo turno do Projeto de Lei nº 1.072, de 2008, de minha autoria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. consultasse os Líderes sobre a possibilidade de votarmos o primeiro turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica, se não me engano a PELO nº 26, que trata da situação da FAP.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Consulto o Plenário se há algum óbice em votar a solicitação levantada pelo Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Não havendo, está acatada a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Charles.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Item nº 19:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.072, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, em que “fica denominada Praça Nossa Senhora Auxiliadora o logradouro público que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.072, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, em que “fica denominada Praça Nossa Senhora Auxiliadora o logradouro público que especifica”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário.

O Deputado Rôney Nemer voltou. Há 16 Deputados presentes. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	87



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 03/11/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS ☐ EMENDAS REJ. NºS

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☒ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 26/07

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ RECURSO Nº (S)

☐ REQUERIMENTO Nº (S)

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	12	01		06	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Deputada Eurides Brito, Deputado Leonardo Prudente, há outros projetos para apreciarmos em segundo turno. Caso V.Exas. achem que devemos votar, estaremos aqui para votar. Caso contrário...

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a suspensão da sessão por 15 minutos porque dois colegas estão vindo para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. e vai suspender os trabalhos durante 5 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h34min, a sessão é reaberta às 19h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está reaberta a sessão.

Considerando que houve um apelo dos Deputados para que apreciássemos o último veto que trata da LDO, no dia de amanhã, e que a pauta ainda está obstruída, pergunto se algum Líder faz objeção a darmos prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Não havendo nenhuma objeção, passemos ao Item nº 22.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”.

Informo que a matéria já tem tramitação concluída e necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 1 voto contrário e 6 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2007.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o porquê de eu ter votado contra a Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Votei contra porque é uma proposta que reduz o investimento em pesquisa no Distrito Federal na medida em que diminui o percentual que será gasto na área de pesquisa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu votei “sim” porque a emenda que nós estamos propondo à Lei Orgânica diz “no mínimo”. Mínimo não quer dizer “no máximo”, e eu não conheço até hoje nenhum catálogo desta fundação como conheço o da fundação... Conheço, sou assinante e recebo todos os catálogos das pesquisas financiadas pela fundação. No dia em que tivermos os catálogos mostrando as pesquisas, o valor das pesquisas, nem precisaremos mudar a Lei Orgânica porque, na ordem geral das coisas, os orçamentos já contemplarão, até pelo mérito, mais recursos para pesquisa. No entanto, sequer catálogo eu conheço.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Consulto aos Líderes se é possível a votação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 35, que trata da questão das escrituras. A apreciação desta emenda foi solicitada a esta Presidência, e eu pergunto aos Líderes se há entendimento para a colocarmos em votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Para esclarecimento, Sr. Presidente, a comissão especial que tratou do assunto já deu parecer favorável. Depois, foi pedido, por acordo de lideranças, que fosse feita uma audiência pública, que votamos na nossa reunião no Paranoá e Itapoã. Na quinta-feira passada, foi feita essa audiência pública. Então, nós cumprimos tudo aquilo que as lideranças haviam combinado que deveria ser feito antes do processo de votação. Assim, ela está em perfeitas condições para apreciação. Cumprimos os trâmites e acordos para que a proposta pudesse entrar em votação.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Portanto, não havendo objeção à votação, passaremos a apreciá-la.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 35, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “revoga o inciso III do art. 329 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	91



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 03/11/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS ☐ EMENDAS REJ. NºS

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDECTMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☒ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 35/09

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ RECURSO Nº (S)

☐ REQUERIMENTO Nº (S)

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		+				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	+				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	+				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	+				
	BRUNELLI	PSC				+	
	CABO PATRÍCIO	PT				+	
	CHICO LEITE	PT				+	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	+				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	+				
	DOUTOR CHARLES	PTB	+				
	ÉRIKA KOKAY	PT				+	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				+	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	+				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	17	1		6	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 35, de 2009.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito à assessoria de plenário que retire da Ordem do Dia as propostas de emenda à Lei Orgânica votadas hoje, para que voltem à pauta somente após vencido o prazo do interstício. Lembro ainda que o prazo do interstício para propostas de emenda à Lei Orgânica é de dez dias para que sejam votadas em segundo turno. Portanto, solicito à assessoria de plenário que as retire da Ordem do Dia de amanhã e dos demais dias até que o período do interstício seja cumprido.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas para declaração de voto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar os companheiros, dando boa noite. Eu gostaria também de falar sobre a importância da votação da PELO hoje, embora saibamos que temos o prazo do interstício a cumprir.

Estou trabalhando em todos os momentos, juntamente com vários Parlamentares, no sentido de não haver emendas a esta proposta. Ela irá resgatar a dignidade de quem está recebendo a moradia própria dentro de um programa habitacional de interesse social. Nós estamos deixando de tornar refém o cidadão por dez anos, para que ele possa ter a escritura. Eu pergunto por que ele tem que esperar dez anos para ter sua escritura. Portanto, estamos acabando com essa injustiça no Distrito Federal.

Então, votei a favor da proposta no primeiro turno, vou trabalhar e votarei a favor dela no segundo turno, para que passe sem nenhuma emenda. Este é o meu pronunciamento.

Eu gostaria de dizer que hoje as pessoas que não possuem moradias dormem um pouco menos intranquilas, pois hoje foi um dia muito especial. Esta é uma proposta especial, muito meritória.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   11   2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar que, quando os Constituintes desta Casa estabeleceram o prazo de dez anos na Lei Orgânica, eles o fizeram porque o fizeram antes da Lei nº 8.666. Foi no mesmo ano, mas a Lei Orgânica foi aprovada quatro meses antes da Lei nº 8.666 ser aprovada. Já na Lei nº 8.666, não se prevê essa exigência para programas habitacionais de baixa renda e, posteriormente, o Estatuto da Cidade também não prevê esse tipo de exigência.

Entendo que a maior acusação que se faz ou o temor que se tem é o da venda. Porém, quero lembrar que, para ingresso nos programas habitacionais, continuarão as exigências, os parâmetros estabelecidos em que prevalece a moradia em Brasília por 5 anos. Isso prevalece independentemente da imagem que alguns desejam fazer.

Todavia, uma vez de propriedade da casa, se o pobre melhora, se seus filhos se empregam e se a renda familiar aumenta, ele pode sair de uma casinha de 1 quarto para uma casa de 2 quartos, eu não vejo por que punir uma família pobre. Eu falo do que entendo, porque essa foi a minha situação familiar.

Então, é pelos pobres que querem vencer na vida que eu voto para que seja eliminado esse prazo que a nossa Lei Orgânica determinou na época e, certamente, havia uma razão para fazê-lo. Mas, hoje, as leis federais que contemplam os programas habitacionais para população de baixa renda não fazem essa exigência, nem as leis orgânicas, nem tampouco as constituições dos estados brasileiros.

Nós estamos na rabeira disso e estamos fazendo uma exigência que o resto do Brasil não faz. Mas mantenho firme a convicção dos parâmetros e do prazo de pelo menos 5 anos de residência para se inscrever nos programas habitacionais do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu votei contrariamente ao referido projeto, não por ser contra que a pessoa ganhe a escritura imediatamente. Sou contra que a pessoa, depois de ganhar a escritura, possa vender aquele lote imediatamente para outra pessoa, já que isso permite um comércio de lotes que vai contra o interesse do contribuinte, porque a terra é pública, é de todos.

Uma grande revolução ocorrerá neste País no dia em que as pessoas entenderem que o que é do governo é, na realidade, de todos. Aquilo que as pessoas acham que não é de ninguém é, na realidade, da sociedade inteira.

Então, eu não sou contra que se dê a escritura para as pessoas. Acredito que, primeiro, o lote não deveria ser dado, deveria ser comprado, nem que fosse a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03	11	2009	15h30min	99ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

longo prazo, mas deveria ser comprado por um preço pequeno. E, segundo, poderia ser dada a escritura desde que se colocasse um prazo para a pessoa poder alienar ou vender de, no mínimo, 5 anos, por exemplo. Isso impediria que a pessoa receba do Governo hoje e amanhã já venda o lote. Isso, em minha opinião, não é correto.

Por isso, voto contrariamente ao projeto, mas não sou contra que se dê a escritura. Deveria existir um prazo de, no mínimo, 5 anos para que a pessoa passasse a poder vender o lote, porque, do jeito que está, isso permite um comércio de lotes com uma terra cuja origem é pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Tenham todos uma boa-noite.

(Levanta-se a sessão às 19h53min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 216-Suplemento, de 27/11/2009.*